

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
NÍVEL DE MESTRADO**

BIANCA BIGOLIN LISZBINSKI

**IMPLICAÇÕES PROVOCADAS PELA CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS
INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO RECONHECIMENTO DE ATIVOS
INTANGÍVEIS SOB A PERSPECTIVA INSTITUCIONAL: UM ESTUDO EM
EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO**

Porto Alegre

2013

Bianca Bigolin Liszbinski

**IMPLICAÇÕES PROVOCADAS PELA CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS
INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO RECONHECIMENTO DE ATIVOS
INTANGÍVEIS SOB A PERSPECTIVA INSTITUCIONAL: UM ESTUDO EM
EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Antônio Kronbauer

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Clea Beatriz Macagnan

Porto Alegre

2013

L769i Liszbinski, Bianca Bigolin
Implicações provocadas pela convergência às normas internacionais de contabilidade no reconhecimento de ativos intangíveis sob a perspectiva institucional: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto / por Bianca Bigolin Liszbinski. -- 2013.
91 f. ; 30cm.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, São Leopoldo, RS, 2013.
Orientador: Prof. Dr. Clóvis Antônio Kronbauer; Coorientadora: Profª. Drª. Clea Beatriz Macagnan.

1. Ativo intangível - Contabilidade. 2. Reconhecimento contábil. 3. Normas contábeis. 4. Teoria institucional. I. Título. II. Kronbauer, Clóvis Antônio. III. Macagnan, Clea Beatriz.

CDU 657.421.3

Bianca Bigolin Liszbinski

**IMPLICAÇÕES PROVOCADAS PELA CONVERGÊNCIA ÀS NORMAS
INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE NO RECONHECIMENTO DE ATIVOS
INTANGÍVEIS SOB A PERSPECTIVA INSTITUCIONAL: UM ESTUDO EM
EMPRESAS BRASILEIRAS DE CAPITAL ABERTO**

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em Ciências
Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação
em Ciências Contábeis da Universidade do
Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovada em 30 de Julho de 2013.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Clóvis Antônio Kronbauer (Orientador) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof^a. Dr^a. Clea Beatriz Macagnan (Coorientadora) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof^a. Dr^a. Sandra Rolin Ensslin – Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Ernani Ott – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Carlos Alberto Diehl – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

*Dedico esta pesquisa ao meu esposo Tiago,
com muito amor.*

AGRADECIMENTOS

A vida é constituída de muitas escolhas. A opção por cursar o mestrado foi com certeza uma opção de vida, muito além de uma simples escolha profissional.

Nesta jornada, muitas vezes solitária e desgastante, tive o prazer de contar com o apoio de pessoas que tornaram este período da minha vida muito feliz e proveitoso, para as quais dedico a minha gratidão:

- a Deus, que me deu força e serenidade para superar mais este desafio;
- ao meu amor Tiago, pelo esforço que dispensou para me proporcionar este curso e por dividir comigo as maiores alegrias e angústias deste momento e de toda vida, pela cumplicidade, carinho, compreensão e dedicação de sempre;
- ao meu orientador Prof. Clóvis Kronbauer, pelo direcionamento neste estudo e pela valiosa tranquilidade transmitida para o desenvolvimento da pesquisa;
- a minha coorientadora, Prof^a Clea Macagnan, pelo conhecimento compartilhado e pela atenção dedicada às minhas preocupações;
- aos demais docentes deste PPG, pelas contribuições em conhecimentos;
- a toda minha família, pelo carinho;
- a Debora, pela amizade, incentivo e apoio;
- aos queridos amigos Janaina e Silvio, pelas inúmeras vezes que compartilhamos conhecimentos, sentimentos e projetos de vida durante os longos 500km que separam Sant'Ana do Livramento de Porto Alegre;
- ao trio fantástico – Aline, Caroline e Elisa – que mesmo distante sempre esteve presente nesta minha caminhada;
- aos meus colegas que se tornaram verdadeiros amigos: Adriana, Carine, Caroline, Cleudes, Davi e Michelle, contem sempre comigo.

Muito Obrigado!

*“Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades”.*

(Luís de Camões)

RESUMO

Este estudo teve por objetivo analisar as implicações provocadas pela adoção da normativa *International Accounting Standard* (IAS) 38 no reconhecimento contábil de ativos intangíveis em um grupo de empresas brasileiras, à luz da teoria institucional. Trata-se de estudo descritivo de evidências qualitativas e quantitativas que envolveu basicamente a consulta em demonstrações contábeis de uma amostra de cinquenta empresas classificadas no Índice Bovespa da BM&FBOVESPA. Optou-se em delimitar o estudo entre os anos de 2006 à 2012, visto que este espaço temporal compreende exercícios caracterizados pela antecedência à adoção da norma internacional de contabilidade relativa a intangíveis e exercícios com a institucionalização dessa nova normativa. A análise dos dados consistiu em duas fases principais. Primeiramente, verificaram-se os procedimentos adotados pelas empresas para o reconhecimento dos ativos intangíveis e a sua adequação aos padrões contábeis compulsórios que tangenciam este processo. Posteriormente, fez-se a identificação das classes de intangíveis reconhecidas no período e a sua respectiva valorização. Em geral, as evidências observadas demonstram que a implementação da nova matriz institucional sobre os intangíveis repercutiu nas práticas adotadas pelas empresas. O nível de conformidade aos padrões estabelecidos para o reconhecimento contábil dos ativos intangíveis passou de 32% no ano de 2006 para 84% no ano de 2012, demonstrando uma evolução na harmonização das práticas adotadas pelas empresas. Adicionalmente, embora não constatado aumento dos tipos de categorias reconhecidas após a institucionalização da nova normativa, identificou-se um significativo incremento na representatividade dos ativos intangíveis frente ao ativo total da amostra. Os valores médios contabilizados como intangíveis aumentaram 82% comparando-se o período anterior e posterior à adoção desta norma.

Palavras-chave: Ativo intangível. Reconhecimento contábil. Normas contábeis. Teoria institucional.

ABSTRACT

This study aimed to analyze the implications caused by the adoption of the International Accounting Standard (IAS) 38 normative in accounting recognition of intangible assets in a group of Brazilian companies, guided by the institutional theory. It is a descriptive study of qualitative and quantitative evidences which involved basically the consult enquiry of financial statements of a fifty-company sample classified in the BM&FBOVESPA Bovespa Index. It was chosen to restrict the study from 2006 to 2012, since this period of time embraces exercises characterized by the adoption in advance of the international accounting related to intangibles and exercises with the institutionalization of this new normative. The data analysis consisted in two main phases. Primarily, the procedures adopted by the companies to the recognition of the intangible assets and its adaptation to the compulsory accounting standards which relates this process were verified. Subsequently, it was identified the classes of intangibles recognized in the period and its respective valuation. In general, the evidences observed show that the implementation of the new institutional matrix about the intangibles reflected on the practiced adopted by the companies. The level of compliance passed from 32% in 2006 to 84% in 2012, showing an evolution on the harmonization of the practices adopted by the companies. Furthermore, although a raise of kinds of categories recognized after the institutionalization of the new normative was not determined, a significant increase on the representativeness of the intangible assets facing the total asset of the sample was identified. The mean values counted as intangibles increased 82% comparing to the previous and subsequent periods to the adoption of this norm.

Key-words: Intangible asset. Accounting recognition. Accounting norms. Institutional theory.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANPCONT	Associação Nacional de Pós-Graduação em Contabilidade
BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A.
CBC	Congresso Brasileiro de Contabilidade
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
ENANPAD	Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
IAS	<i>International Accounting Standard</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
ICPC	Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis
IBOVESPA	Índice Ibovespa
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i>
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Regulação contábil de ativos intangíveis conforme o IASB	31
Quadro 2 – Regulação contábil de ativos intangíveis conforme o FASB	32
Quadro 3 – Regulação contábil de ativos intangíveis conforme a CVM	33
Quadro 4 – Normatização contábil inerente aos ativos intangíveis no Brasil.....	35
Quadro 5 – Composição do ativo	36
Quadro 6 – Dissertações e teses sobre reconhecimento de ativos intangíveis	41
Quadro 7 – Pesquisas publicadas em periódicos sobre reconhecimento de ativos intangíveis	43
Quadro 8 – Informações relacionadas ao reconhecimento de ativos intangíveis.....	51
Quadro 9 – Padrões contábeis atendidos no reconhecimento de ativos intangíveis conforme legislação brasileira	55
Quadro 10 – Padrões contábeis atendidos para o reconhecimento de ativos intangíveis conforme IAS 38	57
Quadro 11 – Empresas que não reconheceram ativos intangíveis no período	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pesquisas sobre ativos intangíveis em congressos nacionais	42
Gráfico 2 – Classificação setorial das empresas formadoras da amostra da pesquisa	49
Gráfico 3 – Média geral de conformidade por ano.....	60
Gráfico 4 – Média geral de conformidade por setor de atuação.....	61
Gráfico 5 – Média da conformidade antes e após a vigência do CPC 04 por setor de atuação	62
Gráfico 6 – Representatividade dos ativos intangíveis entre 2006 e 2009	68
Gráfico 7 – Representatividade dos ativos intangíveis entre 2010 e 2012.....	69
Gráfico 8 – Médias de ativos intangíveis reconhecidos antes e após a vigência do CPC 04 por setor de atuação	70

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução normativa referente aos intangíveis	50
Figura 2 – Categorias de ativos intangíveis reconhecidos no ano de 2006	63
Figura 3 – Categorias de ativos intangíveis reconhecidos no ano de 2007	64
Figura 4 – Categorias de ativos intangíveis reconhecidos no ano de 2008	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Conformidade no reconhecimento de ativos intangíveis.....	59
Tabela 2 – Categorias de ativos intangíveis reconhecidas no período 2010 a 2012	65
Tabela 3 – Estatística descritiva dos índices de ativos intangíveis reconhecidos nos dois períodos analisados.....	66
Tabela 4 – Comparação entre valores médios reconhecidos como ativos intangíveis.....	67
Tabela 5 – Setores que não apresentaram diferenças significativas de médias nos valores reconhecidos como intangíveis.....	70
Tabela 6 – Setores que apresentaram probabilidade de igualdade de médias nos valores reconhecidos como intangíveis.....	71
Tabela 7 – Setores que apresentaram significativa diferença de médias nos valores reconhecidos como intangíveis.....	72
Tabela 8 – Exemplificação da representatividade do contrato de concessão	74
Tabela 9 – Reconhecimento do contrato de concessão no período	74
Tabela 10 – Índice de lucratividade após o reconhecimento do contrato de concessão.....	76

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA	15
1.2 OBJETIVOS	18
1.2.1 Objetivo Geral	18
1.2.2 Objetivos Específicos	18
1.3 RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA DO ESTUDO	19
1.4 DELIMITAÇÃO DO TEMA	20
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	21
2 REVISÃO DE LITERATURA TEÓRICA	22
2.1 TEORIA INSTITUCIONAL ECONÔMICA	22
2.1.1 Mudança Institucional	25
2.2 ATIVOS INTANGÍVEIS	27
2.3 EVOLUÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS SOBRE ATIVOS INTANGÍVEIS	29
2.4 TRATAMENTO CONTÁBIL ATUAL DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NO BRASIL	34
2.4.1 Reconhecimento e Mensuração de Ativos Intangíveis	36
2.4.2 Evidenciação Obrigatória de Ativos Intangíveis	39
3 REVISÃO DE LITERATURA EMPÍRICA SOBRE O RECONHECIMENTO CONTÁBIL DE ATIVOS INTANGÍVEIS	41
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	47
4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	47
4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA	48
4.3 COLETA DAS EVIDÊNCIAS E PERÍODO DE ANÁLISE	49
4.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS	50
4.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO	53
5 ANÁLISE DOS DADOS	54
5.1 CONFORMIDADE NO RECONHECIMENTO DE ATIVOS INTANGÍVEIS	54
5.1.1 Padrões Contábeis Observados pelas Empresas	55
5.1.2 Aderência aos Parâmetros Normativos para o Reconhecimento de Ativos Intangíveis	58
5.2 CATEGORIAS DE ATIVOS INTANGÍVEIS RECONHECIDOS	63
5.3 VALORES ATRIBUIDOS AOS ATIVOS INTANGÍVEIS	66
5.3.1 Efeitos da Valoração de Ativos Intangíveis	73

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICE A – COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA DA PESQUISA	90

1 INTRODUÇÃO

A globalização e a inovação tecnológica desencadearam importantes mudanças institucionais na economia mundial. Principalmente em sociedades desenvolvidas ou naquelas em crescente evolução, se observa uma transição da economia industrial, em que os bens tangíveis foram dominantes, para uma economia do conhecimento, com os bens intangíveis sendo determinantes na vantagem competitiva e na criação de valor das empresas (NAKAMURA, 1999).

A nova configuração econômica mundial, exigiu que a área contábil evoluísse para atender às novas demandas. A criação e incorporação das normas internacionais de contabilidade foram um instrumento adotado para adequação às novas necessidades das empresas (OLIVEIRA; LEMES, 2011).

Em referência a sobrevalorização dos intangíveis no contexto econômico atual, a implementação das normas internacionais de contabilidade teve por objetivo facilitar e unificar os procedimentos técnicos adotados para a contabilização de bens como marcas, relacionamentos e pesquisa e desenvolvimento (LEV; CAÑIBANO; MARR, 2005). No âmbito brasileiro, a institucionalização dessas novas regras contábeis refletiu em importantes mudanças nos procedimentos adotados para o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos intangíveis.

Considerando o regramento contábil, este estudo se preocupa em analisar o reconhecimento contábil de ativos intangíveis em empresas brasileiras. A partir do processo de mudança institucional estabelecido pela incorporação das normas internacionais de contabilidade, busca-se evidências de possíveis implicações que esse processo transformativo legal tenha provocado nas empresas.

Para dar sustentabilidade a pesquisa, faz-se uma revisão de literatura no âmbito teórico e empírico. Esta revisão de literatura é precedida por este capítulo, no qual são apresentados aspectos que contextualizam o tema proposto, o problema de pesquisa, objetivos, relevância e justificativa, delimitação do estudo e estrutura do trabalho.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA DE PESQUISA

A estrutura patrimonial das empresas vem se modificando no decorrer do tempo, sendo possível observar um incremento no valor dos ativos intangíveis em relação aos ativos tangíveis (WYATT, 2001; KAYO et al., 2006; FIETZ; SCARPIN, 2008; PACHARN, 2011).

Esta maior valorização nos ativos intangíveis tem mostrado a importância desses elementos para a continuidade dos negócios e está associada ao aumento no valor econômico das empresas (OLLIER et al., 2010; PETKOV, 2012).

Mesmo considerando a importância dos ativos intangíveis para as empresas, no Brasil somente com as normatizações advindas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, que marcaram a adesão do país às normas internacionais de contabilidade, possibilitou-se um tratamento contábil específico a estes elementos patrimoniais. Desde a criação da Lei nº 6.404/1976 não havia normativa que tratasse especificamente das formas de identificação, reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos. A única norma que tangenciou o assunto foi a deliberação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 488/2005, trazendo alterações na estrutura das demonstrações contábeis para as companhias de capital aberto e abordando de forma genérica a questão dos ativos intangíveis na contabilidade.

No processo de convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) tornou-se o órgão responsável em âmbito nacional por emitir pronunciamentos, orientações e interpretações em conformidade com as normas contábeis internacionalmente aceitas e emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Em geral, para cada norma internacional de contabilidade promulgada pelo IASB, foi emitido pelo CPC um pronunciamento contábil equivalente.

Em referência aos ativos intangíveis a norma internacional de contabilidade *International Accounting Standard* (IAS) 38 – *Intangible Assets*, que trata deste tema, tem como equivalente no Brasil o pronunciamento CPC 04/2010 – Ativos Intangíveis. Deste pronunciamento técnico surgiu a deliberação da CVM nº 644/2010 e a resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.303/2010 (que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 04 – Ativo Intangível). Estas novas instruções, juntamente com as mudanças propostas pela Lei 6.404/1976, definiram o tratamento contábil a ser adotado com relação à estes ativos pelas empresas no país.

Em consequência das alterações propostas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009 houve modificações na estrutura patrimonial das entidades. A cada exercício em que foi adotada a nova norma, se estabeleceu reclassificações nas contas patrimoniais, especialmente nos grupos investimentos, imobilizado e diferido, grupos de contas nos quais estavam inclusos também, os ativos intangíveis.

Além das reclassificações, a convergência às normas internacionais e as alterações legais trouxeram mudanças que ocasionaram restrições no tratamento para o reconhecimento, mensuração e divulgação de informações relacionadas ao ativo intangível. Dentre as

limitações impostas pela nova normativa, a identificação de um elemento intangível como ativo somente é possível se este for plenamente separável e se resultar de um direito legal, sendo que a mensuração do seu valor depende do tipo de negociação da qual resulte (YUN-HONG, 2009). Já os procedimentos indicados na evidenciação dos ativos intangíveis, assim como de qualquer outra norma *International Financial Reporting Standards* (IFRS), têm por objetivo demonstrar uma maior relevância da informação contábil e conseqüentemente melhorar o nível daquelas informações repassadas ao usuário final (BOULERNE; SAHUT, 2010).

Em se tratando especificamente do reconhecimento de ativos intangíveis, os critérios para este procedimento variam de um caso para outro. As regras aplicáveis àqueles ativos adquiridos são distinguidas daquelas relativas aos ativos intangíveis desenvolvidos internamente. Exemplo disso é a impossibilidade da contabilidade reconhecer um fundo de comércio ou capital humano como ativo intangível, quando estes não forem adquiridos de terceiros (OLLIER; WALLISER, 2007).

A observação de normatizações para o reconhecimento desses elementos, da mesma forma que para a contabilidade em geral, está relacionada com o ambiente institucional, tanto interno como externo, no qual as entidades estão inseridas. Segundo explica North (1995), as organizações estão à margem das instituições, as quais assumem a função de estabelecer por meio de regras, incentivos e restrições aos negócios, além de disporem da capacidade de influenciar sobre a regulação das relações entre indivíduos ou grupos sociais.

O regramento emanado das instituições pode ser diferenciado de forma mais ampla como formal ou informal. Além disso, é por meio das instituições e da sua observação que as entidades buscam legitimar-se na sociedade e alcançar a eficiência nos seus negócios. De acordo com North (1994, p. 13),

As instituições compreendem regras formais, limitações informais (normas de comportamento, convenções e códigos de conduta auto-impostos) e os mecanismos responsáveis pela eficácia desses dois tipos de normas. [...] O grau de identidade existente entre as normas institucionais e as opções feitas pelos indivíduos no contexto institucional dependem da eficácia do sistema de fiscalização do cumprimento de tais normas. Essa fiscalização é exercida pela primeira parte (códigos de conduta auto-impostos), pela segunda parte (represálias) ou por uma terceira parte (sanções por parte da sociedade ou exigência coercitiva do Estado).

Relacionando-se a definição de instituições por North (1994; 1995) com o reconhecimento contábil de ativos intangíveis, se observa que as normativas contábeis que regem este processo, assumem característica de regras formais por terem um caráter legalista

e regulatório. Já os costumes, crenças ou demais práticas não contempladas nas normatizações e aplicadas aos procedimentos contábeis, podem ser considerados como regras informais instituídas em cada organização.

O processo de institucionalização dessas regras por parte das organizações e até mesmo as mudanças institucionais provocadas por alterações nestes regramentos se dão de forma contínua e gradual (MAHONEY; THELEN, 2010). Isso significa que as instituições sofrem transformações no decorrer do tempo de acordo com as necessidades ou interesses advindos dos agentes envolvidos neste ambiente.

Da mesma forma, a atualização das normativas relativas ao reconhecimento de ativos intangíveis, especialmente aquela originada da convergência dos padrões contábeis brasileiros aos aceitos internacionalmente, caracterizou um avanço na metodologia dos procedimentos e a uniformização das práticas aplicadas a este processo. A adoção da normativa IAS 38 trouxe novos parâmetros à questão contábil desses elementos, pois até então ocorria a aplicação de diferentes práticas tanto no Brasil como internacionalmente. Além disso, este assunto era abordado como um dos mais divergentes na contabilidade (LEV; CAÑIBANO; MARR, 2005; CRISÓSTOMO, 2009; NIYAMA, 2010; OLLIER et. al, 2010; PETKOV, 2011b).

Diante destas considerações, busca-se nesta pesquisa responder ao seguinte questionamento: **quais as implicações provocadas pela convergência às normas internacionais de contabilidade no reconhecimento de ativos intangíveis em empresas brasileiras de capital aberto sob a perspectiva institucional?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar as implicações provocadas pela convergência às normas internacionais de contabilidade no reconhecimento de ativos intangíveis em empresas brasileiras de capital aberto sob a perspectiva institucional.

1.2.2 Objetivos Específicos

Para atender ao objetivo geral da pesquisa, delimitou-se os seguintes objetivos específicos:

- a) examinar a conformidade das empresas à matriz institucional exigida para o reconhecimento de ativos intangíveis;
- b) categorizar os ativos intangíveis reconhecidos pelas empresas antes e após a convergência às normas contábeis internacionais;
- c) identificar possíveis alterações nos valores atribuídos aos ativos intangíveis após a institucionalização do CPC 04.

1.3 RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

A adoção das normas internacionais de contabilidade ofereceu a possibilidade da unificação dos procedimentos contábeis de forma geral. Relacionando-se com os ativos intangíveis, a IAS 38 permitiu às empresas o reconhecimento dos ativos intangíveis nos seus patrimônios de forma a qualificar a informação disponibilizada aos seus *stakeholders*, além de proporcionar parâmetros que tragam relevância, compreensibilidade e fidedignidade a este procedimento.

Todavia, mesmo com a relevância desses elementos na economia atual e os reflexos da convergência brasileira às normas internacionais de contabilidade, nota-se que este tema é pouco explorado cientificamente. A revisão de estudos apresentados em congressos nacionais (ENANPAD, CBC e ANPCONT) entre 2007 e 2011, teses e dissertações apresentadas e disponíveis no Banco de Teses da CAPES até Agosto de 2012 e estudos publicados pelo Portal *EBSCOHost* entre 2007 e Agosto de 2012 nas bases de dados *Academic Search Complete*, *Academic Search Elite*, *Academic Search Premier*, *Business Source Complete* e *Regional Business News*, possibilitou identificar a carência de estudos que examinam o reconhecimento contábil dos ativos intangíveis a partir da adoção da IAS 38.

Dentre os estudos revisados que mais se aproximam desta pesquisa, identificou-se o de Ollier et al. (2010) que analisaram as implicações da adoção da norma internacional de contabilidade referente aos intangíveis em empresas francesas. A contribuição dessa pesquisa está especificamente em analisar a aderência das empresas francesas às novas normatizações e identificar os perfis das empresas afetadas com esta transição. Demais estudos abordaram o reconhecimento de ativos intangíveis e relacionaram este procedimento com as normas contábeis internacionais. Citam-se nestes casos, a análise da combinações de negócios (BOUDEN, 2010), de direitos contratuais (BRÄNNSTRÖN, 2010) e de ativos intangíveis criados internamente (PETKOV, 2012).

Nacionalmente, o estudo realizado por Rech, Schnorrenberger e Lunkes (2012) verificou o comportamento dos ativos intangíveis nos balanços das empresas, antes e após o advento da Lei nº 11.638/2007. O principal apontamento desta pesquisa refere-se ao aumento de registros (categorias) desses elementos nos anos da promulgação da Lei nº 11.638/2007 e do CPC 04 (2010).

A relevância deste estudo está na proposta de análise das implicações provocadas pela institucionalização da IAS 38 em empresas brasileiras. Esta investigação permite verificar, a partir de uma estrutura formal de regramento, quais foram as práticas operacionais adotadas pelas empresas para o reconhecimento dos ativos intangíveis e quais os reflexos patrimoniais e econômicos dessa adoção. Adicionalmente, considerando-se a matriz institucional dada pela incorporação das normas internacionais de contabilidade, tem-se a possibilidade de as mudanças nas normativas relacionadas ao ativo intangível, interferirem diferenciadamente no reconhecimento desses elementos patrimoniais em cada empresa.

Conforme Viera (2012), o processo de institucionalização de novas regras nas empresas sofre a influência da interpretação de preferências por parte dos indivíduos diante das instituições (regras), possibilitando assim, a conformidade com o que está dado ou a transformação do que foi imposto. Sendo assim, poder-se-ia identificar diferentes práticas adotadas, fruto da ambiguidade do processo interpretativo da nova norma ou significação própria de cada empresa para o procedimento de reconhecimento do ativo intangível.

1.4 DELIMITAÇÃO DO TEMA

A temática relacionada aos intangíveis pode ter diversas abordagens considerando-se a amplitude teórica e legalista que se dispõe sobre o assunto. A proposta desta pesquisa está centralizada na análise do reconhecimento contábil de ativos intangíveis, excluindo-se a análise de recursos intangíveis não reconhecidos como ativos.

A abordagem do tema proposto se dá a partir da verificação de informações divulgadas nas demonstrações contábeis – balanço patrimonial e notas explicativas – de um grupo de empresas brasileiras de capital aberto listadas na BM&FBOVESPA. A pesquisa exclui a análise dos períodos que antecedem a 2006, fixando-se no espaço temporal de três exercícios que antecederam a convergência do Brasil à IAS 38 e três exercícios com implementação da normativa relacionada aos intangíveis.

Considerando-se o processo de adoção da matriz institucional da IAS 38 no Brasil, as informações constantes nos demonstrativos contábeis foram observadas pelo seu caráter

compulsório. Preocupou-se em identificar a ausência de procedimentos ou informações obrigatórias para o reconhecimento de ativos intangíveis.

Embora sua especificidade normativa, o estudo não envolve definição de melhores práticas contábeis ou discussão sobre as normas relacionadas aos ativos intangíveis, assim como não se pretende emitir considerações avaliativas sobre as práticas adotadas pelas empresas no reconhecimento de ativos intangíveis. Da mesma forma, a pesquisa não se detém em discutir a perspectiva gerencial do reconhecimento de ativos intangíveis pelas empresas.

Ressalta-se, por fim, que devido às peculiaridades que envolvem a identificação e mensuração do capital intelectual e o fato da legislação contábil vigente não contemplar amparo para o seu reconhecimento como um ativo intangível, este estudo não contempla a abordagem deste assunto.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está estruturada em seis capítulos. O primeiro capítulo aborda os aspectos introdutórios do estudo e o segundo capítulo contempla a revisão de literatura teórica. Nesta segunda unidade são abordados os seguintes pontos: teoria institucional, ativos intangíveis, evolução normativa sobre ativos intangíveis e tratamento contábil atual sobre ativos intangíveis no Brasil.

O terceiro capítulo envolve a revisão de trabalhos empíricos já desenvolvidos abordando a temática do reconhecimento contábil dos ativos intangíveis. No quarto capítulo estão retratados os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do estudo, com a classificação da pesquisa, população e amostra selecionadas, período de análise, fonte das evidências, formas de tratamento e análise das evidências.

No quinto capítulo faz-se a apresentação dos resultados e análises da pesquisa. O sexto capítulo compreende as considerações finais da investigação e recomendações para pesquisas futuras. Por fim, listam-se as referências utilizadas e apêndices.

2 REVISÃO DE LITERATURA TEÓRICA

Neste capítulo são apresentados aspectos teóricos que sustentam a investigação. Dentre as temáticas abordadas estão a teoria institucional, com maior ênfase na sua vertente econômica e o processo de mudança institucional. Com relação aos ativos intangíveis, explana-se sua caracterização, classificação e a normatização abrangente para a contabilização.

2.1 TEORIA INSTITUCIONAL ECONÔMICA

O período posterior à década de 1970 é marcado pelo avanço dos estudos que analisam a aplicabilidade da teoria institucional no campo das ciências sociais. A partir de então, a perspectiva institucional vem sendo apontada como um dos apanhados teóricos mais promissores para a explicação do funcionamento e avanço da sociedade organizacional (CARVALHO; VIEIRA; SILVA, 2012). Esta dissertação se encontra na esteira desta perspectiva teórica, uma vez que o Brasil passou a adotar as normas internacionais de contabilidade a partir de 2008, com a vigência da Lei nº 11.638/2007, o que alterou sua matriz institucional.

De acordo com a teoria institucional, as instituições são limitações idealizadas pelo homem e que tem por função ordenar a interação humana, seja no campo político, social ou econômico, servindo ainda, como explicação para a evolução das sociedades ao longo do tempo. Portanto, a relação entre indivíduos e a organização da sociedade é somente compreendida com a presença de regras, sendo que estas podem assumir infinitos significados (NORTH, 1995). Considerando esta perspectiva, a contabilidade que desenvolve a mensuração, reconhecimento e evidenciação dos fenômenos econômicos das empresas, por meio da incorporação das normas contábeis internacionais, passa a adotar um novo comportamento que poderia influir nas relações econômicas.

Dentre as diferentes abordagens da teoria institucional, teóricos da vertente econômica se preocuparam em aprofundar a ideia de que evolução cultural da sociedade provocou mudanças na economia e que esta não é definitivamente estática, caracterizada pelo equilíbrio perfeito e pelas atitudes predominantemente racionais de seus agentes, conforme se afirmava até em então. Teóricos como Thorsten Veblen e John Commons, do Antigo Institucionalismo, frisaram em seus trabalhos a importância das instituições e a necessidade de haver uma economia evolucionária, caracterizada como parte de um todo, rejeitando-se características

individualistas e com o indivíduo desempenhando papel central neste processo de mudança, pelos seus pensamentos comuns e coletivos (HODGSON, 1998).

Para Veblen (1965), o comportamento da economia está diretamente relacionado com os costumes e convenções adotados e que a ação de cada indivíduo neste contexto é influenciada pelas diferentes circunstâncias que se apresentam. Segundo Rutherford (1998), Veblen foi o principal precursor institucionalista, pois propôs em sua representação teórica que o indivíduo é fator decisivo na evolução econômica, já que os seus conhecimentos e hábitos emolduram este processo evolutivo. Na esteira de Veblen, Commons (1934) desenvolveria seus estudos apontando que a evolução da economia está relacionada diretamente com questões comportamentais dos indivíduos diante de suas escolhas, podendo estas serem voluntárias ou involuntárias. Sob sua ótica, as instituições originam padrões de conduta coletivos que implicam nas ações e opções individuais.

Trabalhos mais recentes como o de North (1994) e Williamson (2000), autores reconhecidamente ligados ao novo institucionalismo econômico, tiveram um enfoque direcionado mais às relações econômicas no contexto das organizações. Estes autores buscaram alternativas explicativas à problemática questionadora do equilíbrio perfeito do mercado, visto considerarem que este possui falhas e que as organizações buscam supri-las por meio de instrumentos que as resguardem de incertezas (CARVALHO; VIEIRA; SILVA, 2012).

Conforme análise de Williamson (2000), os três fatores que emolduram as relações econômicas nas organizações compreendem o conjunto de regramentos do ambiente institucional que é base para as transações, as formas de governança estabelecidas e o indivíduo na sua capacidade racional e oportunista. North (1994) adiciona ainda, o sistema de crenças dos atores envolvidos como fator determinante para o entendimento desse processo, devido a ocorrência de variedade de ideias e ideologias em cada indivíduo, sem, no entanto, deixar de observar que são as instituições que eliminam as falhas do mercado, possibilitando eficiência ou permitindo ineficiência.

Considerando o processo evolutivo do pensamento econômico institucional, sugerem-se pressupostos que condicionam e explicam as relações no contexto organizacional. Dentre as pressuposições, encontram-se:

- a) o reconhecimento das instituições como regras do jogo da sociedade;
- b) a presença de regras formais e informais;
- c) o condicionamento do comportamento humano às regras do jogo;
- d) o institucionalismo fundamentado no seu princípio comum de controle de conflito;

e) a instituição sendo reconhecida como uma ação coletiva que tem efeitos refletidos na ação individual;

f) os fatores formais e informais estruturam o contexto de uma sociedade, determinam o funcionamento e as mudanças econômicas (MACAGNAN, 2013).

Depreende-se, conforme explicações de Veblen (1965), North (1995) e Macagnan (2013) sobre esta teoria, que as instituições são restrições usadas para regular as relações nas sociedades organizacionais ou entre indivíduos, sendo refletidas por meio de incentivos e oportunidades. Dentre as limitações (regras) originárias das instituições encontram-se dois tipos: as formais e as informais.

A limitação formal é aquela oriunda de leis, constituições escritas e formalizadas, geralmente impostas pelo governo ou por algum outro agente com poder coercivo e tem por função facilitar o intercâmbio econômico e político devido a grande diversidade de interesses presentes nessas duas esferas. Por sua vez, as limitações informais são caracterizadas pela sua origem em entes da sociedade e envolvem, por exemplo, costumes, códigos de conduta e normas comportamentais. Características comuns da sociedade moderna, as limitações informais podem ser consideradas fruto da herança cultural e das próprias limitações formais, já que a interpretação e modificação de uma regra formal cria uma informalidade. Tanto formais como informais, estas limitações parametrizam as interações entre determinados atores, caracterizando-se como as regras do jogo na sociedade (NORTH, 1995).

Neste contexto, o ambiente no qual as organizações estão inseridas indica como ela deve atuar e qual o conjunto de regras que implicitamente deve acatar. Em havendo a conformidade com o que está dado, as organizações obtêm além da legitimidade social, o equilíbrio dos negócios, representado, por exemplo, pela redução de incertezas nas transações econômicas no mercado (POLO; VÁZQUEZ, 2008).

Dessa forma, as organizações estão inseridas em um ambiente constituído de regras, crenças e valores que foram criados e referendados pela interação social, e sua sobrevivência está condicionada a sua capacidade de atendimento a estas orientações (CRUBELLATE, 2007). No caso de não haver a adequação ao estabelecido ou as organizações seguirem apenas critérios próprios, pode-se inferir que estão arriscando a sua sobrevivência (CARVALHO; VIEIRA; SILVA, 2012).

Retomando o modelo institucional proposto por North (1995), este autor aponta as instituições como normas subjacentes e as organizações como agentes capazes de provocar a mudança dessas instituições, motivados por oportunidades momentâneas ou pela necessidade

de alcançar objetivos. Em havendo uma mudança institucional, há uma nova configuração desse ambiente que remete um novo alinhamento dos atores envolvidos a este novo padrão.

2.1.1 Mudança Institucional

A relação entre as organizações e o ambiente no qual elas estão inseridas, está pautada em uma adequação a requisitos ambientais que propiciem reconhecimento, redução de riscos e incertezas às organizações (MEYER; ROWAN, 1977). A questão que emerge é que as organizações devem se ajustar continuamente à configuração desse ambiente dinâmico, que pode se modificar a qualquer momento ou situação.

De acordo com o pensamento institucional, este processo de adaptação às configurações do ambiente é reconhecido como institucionalização e ocorre a partir de uma mudança institucional. Como exposto por North (1995), as instituições são criadas e evoluem no decorrer do tempo, o que provoca mudanças institucionais.

A mudança institucional é originada a partir da influência de agentes políticos ou econômicos, com capacidade e poder de decisão e são determinadas pelas oportunidades percebidas, seja por mudanças externas ou pelo conhecimento e habilidade desses agentes. Sinteticamente, a relação existente entre organizações e instituições dentro de um ambiente de competição é o fator desencadeante para a mudança institucional (NORTH, 1994).

O processo de mudança institucional envolve alterações nas regras formais e informais. Observa-se que

As mudanças de regras formais incluem, entre outras, reformas legislativas, como aprovação de novas leis; mudanças jurídicas resultantes de jurisprudência que altera os institutos do Direito; mudanças de normas e diretivas por parte dos órgãos reguladores; e mudanças de dispositivos constitucionais, o que altera as regras que ditam a elaboração de outras normas (NORTH, 1994, p. 15).

Em referência às mudanças institucionais provocadas pela modificação das restrições informais (normas, convenções ou padrões individuais), estas ocorrem muito mais gradativamente do que as formais. No caso das limitações informais, as mudanças institucionais podem ser revestidas de certa resistência por envolverem aspectos comportamentais, como por exemplo, desenvolvimento de padrões alternativos pelos indivíduos (NORTH, 1995). De modo geral, o processo de mudança institucional é caracterizado como sendo contínuo, lento e gradativo, embora passível de rupturas. As evidências que referendam esta caracterização estão relacionadas principalmente aos

interesses e interpretações ambíguas e ao jogo de poder encontrado no ambiente institucional (MAHONEY; THELEN, 2010).

Mesmo que o processo de mudança institucional seja caracterizado pelo continuísmo, reprodução e manutenção das instituições (SCHMIDT, 2008; THELEN, 2009; BELL, 2011), observam-se momentos de descontinuidade neste processo. As mudanças ocasionadas pela força da agência ocorrem de “forma descontinuada, com períodos de estabilidade ocasionalmente perturbados por alguma força exógena que provoca uma onda de agência e escolha, seguida novamente por um período de cômoda estabilidade” (VEIRA, 2012, p. 2).

Como já retratado, as organizações adotam um novo padrão institucional para reforçarem a sua legitimidade na sociedade ou para obterem eficiência econômica. Este processo de adoção e internalização de novas práticas ocorre por meio de uma disseminação de ações e significados, caracterizado normalmente, pela convergência das organizações em torno de padrões comuns e homogêneos dentro de um conjunto ambiental (HALL; TAYLOR, 2003).

A institucionalização de novas regras é motivada por determinados vetores, sendo que os agentes e as organizações da sociedade envolvidas neste ambiente participam do modelo, não apenas interpretando as instituições, mas transformando-as (NORTH, 1994). Esta capacidade remete ao exercício do poder dentro do ambiente institucional, sendo entendimento comum de que os atores formam coalizões de defesa e grupos de interesse em busca de um arranjo institucional político-econômico que lhes proporcione uma posição confortável no sistema (VEIRA, 2012).

Em referência a mudança institucional, há de se salientar como ocorre a evolução desse processo internamente nas organizações. A reação das organizações à esta transição pode ocorrer em fases distintas e reflete as suas opções estratégicas. Segundo o modelo proposto por Peng (2003), que analisou as reações dinâmicas do mercado às mudanças econômicas, se observa dois estágios neste processo: fricção institucional e convergência institucional. Na fase de fricção institucional identifica-se no ambiente a adoção em paralelo de instituições novas e antigas, principalmente pela divergência entre regras formais e informais, visto estas últimas agregarem características de implementação não imediata. Na fase de convergência institucional, as regras informais passam a estar dispostas às formais, trazendo um reposicionamento organizacional único a nova configuração ambiental.

Mesmo as regras, em seu contexto de formação e transformação, explicarem o processo de crescimento e desenvolvimento da sociedade organizacional, o surgimento de

uma nova regra nem sempre proporciona êxito a todas as organizações. Esse fator, de maneira geral, as impede de desenvolverem-se e alcançar a eficiência almejada (XAVIER, 2012).

Assim como em qualquer área organizacional, a contabilidade também está à margem de instituições e de fatores e pressões ambientais que determinam a sua utilização. Neste campo do conhecimento, sob a ótica da regra, há um conjunto de técnicas e procedimentos definidos formalmente e registrados em manuais, além de rotinas que podem se caracterizar institucionalizadas quando são amplamente aceitas e utilizadas de forma inquestionável. Este enfoque institucional explica os fenômenos contábeis a partir de padrões de comportamento, normas, crenças e procedimentos aos quais as organizações se reportam para ganhar eficiência e legitimidade no ambiente em que estão inseridas (ZUCCOLOTTO; SILVA; EMMERENDOERFER, 2010).

No contexto das mudanças institucionais inserem-se as transformações nas normativas contábeis no mundo todo, face ao processo de convergência às normas contábeis emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As normas internacionais de contabilidade em IFRS surgiram como resposta às necessidades das empresas em se adaptarem ao novo contexto de globalização e como uma metodologia minimizadora da problemática da harmonização contábil mundial, possibilitando a estruturação de demonstrações contábeis com características mais aprimoradas de compreensibilidade, relevância, confiabilidade e comparabilidade.

Em específico, cita-se a mudança institucional decorrente da adoção da normativa IAS 38 que regula o tratamento contábil dos ativos intangíveis, tanto no contexto internacional, como particularmente no contexto brasileiro, no qual se desenvolveu a presente pesquisa. A matriz institucional dessa normativa traz diretrizes para a identificação de bens intangíveis, a definição de critérios para a sua valorização e os padrões adequados para os relatórios contábeis-financeiros relacionados ao tema.

Os aspectos inerentes aos ativos intangíveis e as respectivas normas contábeis que os regulam, são objeto de apresentação nas seções seguintes.

2.2 ATIVOS INTANGÍVEIS

O grupo do ativo intangível tem aumentado sua importância na composição patrimonial das empresas, garantindo competitividade, crescimento e desenvolvimento das entidades. Isso decorre, por exemplo, de transações internacionais envolvendo grandes corporações que detêm marcas famosas, a evolução tecnológica e o conhecimento humano

(WYATT, 2001; AUGIER; TEECE, 2005). Devido à crescente importância atribuída aos ativos intangíveis, normativas e pesquisas empíricas buscaram atribuir uma conceituação contábil desses ativos ou ao menos parte deles.

No âmbito legal, a Lei nº 6.404/1976 em seu artigo 179 trata estes elementos como “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo do comércio adquirido”. Já para o CPC 04 (2010) os ativos intangíveis são ativos não monetários identificáveis sem a presença de substância física. Em pesquisa desenvolvida por Perez e Famá (2006), os ativos intangíveis são caracterizados como ativos de natureza permanente, que não apresentam existência física e que à disposição e controlados pela empresa são capazes de produzir benefícios futuros. Fietz e Scarpin (2008, p. 5) conceituam os ativos intangíveis como “recursos econômicos incorpóreos resultantes de conhecimentos, inovação e práticas e atitudes organizacionais, controlados pela empresa e que, podem produzir benefícios futuros”.

Distinta caracterização é trazida por Radneantu (2009), principalmente quanto à vida desses ativos. Segundo este autor, de acordo com a situação social, política e financeira atual, os ativos intangíveis são bens econômicos que além de não possuírem substância material e serem oportunidade de geração de benefícios futuros para a empresa em sua relação com as partes interessadas e para a geração de recursos para uso interno, eles devem ter vida superior a um ano.

Mesmo com a caracterização específica que lhes é atribuída, é importante considerar que os ativos intangíveis são iguais a qualquer outro ativo com relação ao seu objetivo de gerar vantagens às entidades. Um ativo pode ser considerado como um direito jurídico, econômico ou social que esteja relacionado à perspectiva de ocorrência de benefícios econômicos futuros, controlado por uma entidade como resultado de transações ou acontecimentos passados (BRANCO, 2005). O que os difere dos tangíveis que são percebidos visualmente, é que os intangíveis não são visivelmente identificados (PENMAN, 2009; HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2010). Neste contexto, as conceituações atribuídas aos ativos intangíveis são de alguma forma similares, principalmente no que se refere aos benefícios esperados a partir destes. Isso faz com que as empresas estejam preocupadas com a gestão estratégica deste indicador, visto que podem provocar um impacto econômico considerável (CORONA, 2009).

Ainda com relação à definição inicial, é válido salientar a utilização de outros termos como sinônimo de ativo intangível, como por exemplo, ativo intelectual, capital intelectual, ativo do conhecimento e recurso intangível (VON COLBE et al., 2005). Dessa forma, é

importante referenciar quais os ativos que tem a possibilidade de serem identificados e classificados como intangíveis.

De acordo com Petkov (2011b), podem integrar este grupo do ativo aqueles elementos:

- a) relacionados a *marketing*: marcas, nomes comerciais, marcas de serviços, marcas de certificação, marcas coletivas, domínios de *internet*, cabeçalhos de jornais e *trade dress*;
- b) relacionados a clientes: carteira de clientes, relacionamento com clientes e contratos de clientes;
- c) relacionados a área artística: direitos autorais de livros, peças teatrais, filmes, música, imagens, fotografias, óperas e *ballet*, obras musicais (composições), material audiovisual e programas de televisão;
- d) derivados de contratos: licenças, *royalties*, publicidade, construção, serviço de gerenciamento, contratos de fornecimento, contratos de arrendamento, licenças de construção, contratos de franquia, direitos de transmissão, direitos de uso (tais como água, madeira e minério), contratos de manutenção (tais como hipotecas) e contratos de trabalho;
- e) relacionados a tecnologia: tecnologia patenteada, *software*, bases de dados e segredos comerciais (fórmulas, processos e receitas).

Demais autores e normativas contribuem com a exemplificação, em menor número, dos elementos que podem formar o grupo dos ativos intangíveis. Citam-se: patentes, licenças, clientes, direitos de autoria, quotas de importação, marcas, *goodwill*, pesquisa e desenvolvimento e *softwares* (COLAUTO et. al, 2009; HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2010; CPC 04, 2010).

No caso de haver algum desses itens descritos que não atenda às condições definidas para sua identificação como um ativo intangível, todo o valor desembolsado para sua aquisição ou geração interna deve ser reconhecido como despesa quando realmente ocorrida (CPC 04, 2010). Este assunto e demais exigências acerca da contabilização desses ativos são abordados em subseções seguintes.

2.3 EVOLUÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS SOBRE ATIVOS INTANGÍVEIS

Os conceitos de ativos intangíveis, a determinação de que tipos de elementos sejam classificáveis neste grupo, assim como os demais procedimentos contábeis estão de acordo

com as normativas relacionadas a este tema. Tanto nacional como internacionalmente identificam-se resoluções, normas, leis e deliberações que parametrizam as ações que devem ser executadas no âmbito da contabilidade com relação ao ativo intangível, as quais são editadas por diferentes organizações.

Com relação à estes elementos, tem-se sugerido nos últimos tempos algumas alterações no sistema contábil para que este siga a economia moderna baseada no conhecimento, na qual os intangíveis são recursos críticos e determinantes na vantagem competitiva, no sucesso da economia e na criação de valor para as empresas. Mesmo sendo geralmente aceito que estes ativos são importantes fontes de desempenho, ainda depara-se com regras contábeis restritivas que impedem em determinados casos, por exemplo, de esses ativos serem incluídos no balanço patrimonial das empresas. A discussão que ocorre é que os organismos profissionais e regulamentares não estão acompanhando às rápidas mudanças no ambiente quanto aos ativos intangíveis. A reação tardia dos reguladores, por consequência, abre precedente para a criação e utilização de normas próprias em cada organização (LEV; CAÑIBANO; MARR, 2005).

Normalmente a adoção de diferentes práticas advém da necessidade específica de cada empresa. Independentemente da contabilidade internacional buscar a harmonização de processos e primar pela qualidade nas divulgações, informações sobre intangíveis nas contas anuais são escassas em comparação com a importância desses elementos nas empresas (LENORMAND; TOUCHAIS, 2008; BOULERNE; SAHUT, 2010). Exemplificando, cita-se a necessidade cada vez maior das empresas em melhorar a transparência e a comunicação com as partes interessadas, especialmente devido ao avanço tecnológico e para assegurar a confiança de investidores. Diante disso, observam-se metodologias alternativas para relatar e medir os ativos intangíveis dentro das organizações, complementando dessa forma, as normas contábeis vigentes (MOURTISEN; BUKH; MARR, 2005).

Mesmo com a busca pela uniformização internacional da contabilidade, ainda se encontram diferentes entendimentos para o tratamento contábil destes elementos. Questões que envolvem o reconhecimento, valoração e divulgação são aplicadas distintamente, seja pelo fato de serem seguidas instruções de diferentes organismos reguladores ou pela legislação própria de cada país (SOTO; SALAZAR; GALVIS, 2006). Diante desse cenário, a apresentação de informações consistentes sobre estas rubricas se constitui em um desafio tanto para os sistemas contábeis como para os profissionais da área.

Organizações reguladoras da área contábil se preocuparam em desenvolver padrões que propiciem uma maior valorização dos intangíveis e possibilitem às entidades e

investidores informações necessárias para a tomada de decisões. O IASB configura-se como uma organização com expressão internacional, sendo uma instituição independente situada em Londres (Grã-Bretanha) e formada por entidades profissionais de mais de 140 países, inclusive do Brasil. A principal missão do IASB é buscar alternativas que resultem na harmonização das práticas contábeis internacionalmente, por meio da criação e publicização de pronunciamentos que sirvam de referência aos procedimentos contábeis adotados por diferentes países (NIYAMA, 2010).

O tratamento contábil de ativos intangíveis de acordo com o IASB está normatizado segundo os padrões descritos no Quadro 1. Entre as normativas, constam padrões expedidos especificamente para os ativos intangíveis e também aqueles que podem de alguma forma refletir na contabilização destes elementos.

Quadro 1– Regulação contábil de ativos intangíveis conforme o IASB

Emissão	Descrição	Objetivo
1988	<i>International Accounting Standard 36 – Impairment of Assets</i>	Trata da obrigatoriedade de as entidades testarem os ativos intangíveis com vida útil indefinida quanto à redução no valor recuperável, comparando este último com seu valor contábil.
2002	<i>SIC Interpretation 32 – Intangible Assets-Web Site Costs</i>	Dispõe sobre o reconhecimento de <i>web sites</i> como um ativo intangível das empresas e a respectiva mensuração e contabilização de seus custos.
2004	<i>International Accounting Standard 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors</i>	Dispõe sobre o tratamento contábil que deve ser efetivado se houver mudança na vida útil esperada e, por consequência, nos padrões de amortização dos ativos intangíveis.
2004	<i>International Accounting Standard 38– Intangible Assets</i>	Esta norma tem por objetivo parametrizar o tratamento contábil dos ativos intangíveis. Dispõe de critérios para o reconhecimento, determinação do valor contábil e divulgações específicas acerca dos ativos intangíveis.
2008	<i>International Financial Reporting Standard 3 – Business Combinations</i>	Trata da satisfação legal para o reconhecimento de ativo intangível no caso de combinação de negócios (separabilidade e legalidade contratual).

Fonte: Adaptado de IASB (2012).

O FASB é uma organização americana fundada no ano de 1972 que tem por objetivo principal estabelecer padrões de contabilidade e divulgação financeira, sendo que suas normas e interpretações são reconhecidas como autoridade pela *Securities and Exchange Commission* (SEC), organização que regulamenta o mercado acionário daquele país (FASB, 2012). O Quadro 2 apresenta os padrões contábeis relativos aos ativos intangíveis segundo este órgão.

Até a emissão de normativas por IASB e FASB, existiam grandes diferenças entre o tratamento contábil do *goodwill* e de certos ativos intangíveis. A SFAS 142, por exemplo, aboliu a amortização do ágio e de ativos intangíveis com vida útil indefinida e exigiu o teste

de imparidade anual para ambas as categorias, objetivando levar em conta o possível esgotamento dos valores desses elementos.

Quadro 2 – Regulação contábil de ativos intangíveis conforme o FASB

Emissão	Descrição	Objetivo
1974	SFAS 2 – <i>Accounting for Research and Development Costs</i>	Estabelece normas de contabilização e divulgação das despesas relacionadas à pesquisa e desenvolvimento.
1975	<i>Interpretation 4 – Applicability of FASB Statement n° 2 to Business Combinations</i>	Apresenta especificações e esclarecimentos para a contabilização do custo dos bens intangíveis utilizados em processos de pesquisa e desenvolvimento.
1982	SFAS 63 – <i>Financial Reporting by Broadcasters</i>	Trata da contabilização dos direitos de exibição de uma licença adquirida.
1986	SFAS 86 – <i>Accounting for the Costs of Computer Software</i>	Aplicação para a diferenciação na contabilização dos custos de <i>softwares</i> desenvolvidos internamente daqueles que são adquiridos de terceiros.
2001	SFAS 141 – <i>Business Combinations</i>	Traz a obrigatoriedade da contabilização das fusões e aquisições de empresas, com base no método de compra. Nesse método, os ativos intangíveis e as obrigações assumidas são mensuradas pelo valor justo e a diferença entre esses valores e aquele efetivamente pago na combinação é reconhecida como <i>goodwill</i> .
2001	SFAS 142 – <i>Goodwill and Other Intangible Assets</i>	Trata da contabilidade e relatórios financeiros de divulgação para o <i>goodwill</i> adquirido e outros ativos intangíveis. Aborda como os ativos intangíveis adquiridos individualmente ou com um grupo de outros ativos (mas não aqueles adquiridos em uma combinação de negócios) devem ser contabilizados nas demonstrações financeiras no momento de sua aquisição.
2004	<i>Staff Positions FAS 142-2 – Application of FASB Statement n° 142, Goodwill and Other Intangible Assets, to Oil- and Gas-Producing Entities</i>	Estabelece procedimentos para empresas de Gás e Petróleo no que se refere a classificação e divulgação no caso de perfurações e direitos sobre a produção desses produtos.
2008	<i>Staff Positions FAS 142-3 – Determination of the Useful Life of Intangible Assets.</i>	Altera os fatores que devem ser considerados como pressupostos de renovação ou extensão utilizados para determinar a vida útil de um ativo reconhecido como intangível.
2009	<i>Staff Positions FAS 141(R)-1 – Accounting for Assets Acquired and Liabilities Assumed in a Business Combination That Arise from Contingencies</i>	Altera e esclarece a SFAS 141 com relação a divulgação dos ativos decorrentes de contingências em caso de combinação de negócios.
2010	<i>Accounting Standards Update 28/2010 – Intangibles - Goodwill and Other</i>	Trata do <i>goodwill</i> igual a zero ou negativo.
2011	<i>Accounting Standards Update 08/2011 – Intangibles - Goodwill and Other</i>	Especifica os procedimentos para a realização teste de <i>impairment</i> para os ativos intangíveis.

Fonte: Adaptado de FASB (2012).

No entanto, em resposta à convergência entre ambos os órgãos reguladores, o IASB emitiu a IFRS 3 tratando da combinação de negócios e que se alinha à SFAS 141 e 142 quanto aos requisitos do ágio e outros ativos intangíveis. Entre outras diferenças no

tratamento contábil de ativos intangíveis, destaca-se a alternativa de reavaliação permitida pela IAS 38. Mesmo assim, é um objetivo comum de ambos os órgãos reguladores a harmonização das práticas e a extinção das diferenças (LEV; CAÑIBANO; MARR, 2005).

No Brasil, a regulamentação contábil relativa aos ativos intangíveis está disposta especialmente na legislação vigente, em normas contábeis emitidas pelo CFC, em pronunciamentos do CPC, além de diretrizes exigidas pela CVM às empresas que atuam em negociações no mercado de valores mobiliário.

As especificações técnicas inerentes a cada procedimento são tratadas no próximo capítulo, quando há a discussão das normativas vigentes relacionados a este tema no país. No Quadro 3 são descritas as normativas da CVM que orientam sobre práticas contábeis que influenciam na contabilização dos ativos intangíveis.

Quadro 3 – Regulação contábil de ativos intangíveis conforme a CVM

Emissão	Descrição	Objetivo
1974	Instrução 247	Dispõe sobre a avaliação de investimentos em sociedades coligadas e controladas e sobre os procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações contábeis consolidadas.
1998	Instrução 285	Altera o art. 14 da Instrução CVM nº 247, que trata do tratamento do ágio e deságio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição do investimento e o valor de mercado dos ativos e passivos da coligada ou controlada, e ainda, o prazo máximo para amortização do ágio.
2005	Deliberação 488	Dispõe sobre a apresentação e divulgação das demonstrações contábeis; Segrega o Balanço Patrimonial em Circulante e Não Circulante, sendo que o Não Circulante deve ser desdobrado em ativo realizável a longo prazo, investimentos, ativo imobilizado, ativo intangível e ativo diferido; Trata da apresentação em separado dos intangíveis, seu método e período de amortização.
2006	Deliberação 496	Prorroga a entrada em vigor da Deliberação 488 para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2006 e para as demonstrações relativas ao exercício de 2005 publicadas em comparação com as demonstrações de 2006.
2008	Instrução 464	Altera o Art. 16 da Instrução 247, indicando que a investidora deverá apropriar a diferença resultante da avaliação baseada em equivalência patrimonial como aplicação na amortização do ágio em decorrência do aumento ocorrido no patrimônio líquido por reavaliação dos ativos que lhe deram origem.
2008	Instrução 469	Dispõe sobre a obrigatoriedade da aplicação da Lei 11.638/2007 às demonstrações financeiras de encerramento do exercício social iniciado a partir de 1º de janeiro de 2008.
2008	Deliberação 553	Aprova e torna obrigatório os procedimentos constantes no CPC 04 que trata de Ativos Intangíveis.
2009	Deliberação 580	Aprova e torna obrigatório os procedimentos constantes no CPC 15 que trata de combinação de negócios.
2010	Deliberação 644	Revoga a Deliberação 553; Aprova o CPC 04(R1), sobre ativo intangível.
2011	Deliberação 665	Revoga a Deliberação 580; Aprova o CPC 15(R1), que trata de combinações de negócios.

Fonte: Adaptado de CVM (2012).

Com a evolução dos regramentos relativos aos elementos em estudo, seja pela sua criação ou modificação, espera-se uma convergência das entidades a esta nova lógica. Todavia, sabe-se que no campo da contabilidade as mudanças provocadas pela criação de novas regras ou avanço daquelas já existentes, podem não ser adotadas em sua totalidade, em alguns casos (GUERREIRO, 2006).

No contexto dos ativos intangíveis, mesmo a criação ou transformação de uma regra ter a participação de diversas organizações envolvidas no ambiente da contabilidade as quais buscam o avanço das técnicas dessa área, isso não é fator determinante para que esta nova norma seja adotada integralmente pelas empresas. A não aplicação destas mudanças traz a possibilidade de surgir procedimentos informais adotados pelas empresas, fruto dos seus costumes ou políticas próprias.

2.4 TRATAMENTO CONTÁBIL ATUAL DOS ATIVOS INTANGÍVEIS NO BRASIL

A normatização contábil brasileira sempre esteve parametrizada por orientações emitidas por diferentes órgãos reguladores. Além da Lei nº 6.404/1976 que definiu as regras contábeis para as sociedades por ações, a legislação fiscal por meio do regulamento do imposto de renda, a CVM com suas instruções, deliberações e ofícios circulares, O CFC por meio das normas brasileiras de contabilidade, as agências federais reguladoras e o Banco Central do Brasil também influenciam nas práticas contábeis adotadas no país (GERON, 2008).

Desde a Lei nº 6.404/1976 as principais alterações ocorridas nas práticas contábeis no Brasil, mostram uma resposta da contabilidade às novas necessidades do mercado. Como importantes alterações podem-se destacar aquelas trazidas pela aprovação da Lei nº 11.638/2007 – marco da convergência obrigatória brasileira aos padrões contábeis internacionais – e Lei nº 11.941/2009 que alteraram substancialmente os procedimentos contábeis adotados até então.

A partir da criação do CPC no ano de 2005, estão centralizados neste órgão o estudo, a preparação e a divulgação de procedimentos técnicos contábeis, os quais levam sempre em consideração a convergência da contabilidade brasileira aos padrões aceitos internacionalmente. Além disso, com a centralização da emissão de normas dessa natureza no CPC, possibilitou-se a adoção uniformizada dessas práticas por diferentes classes setoriais (CPC, 2012).

Os procedimentos contábeis aplicados aos ativos intangíveis acompanharam as modificações que ocorreram na contabilidade em geral. A proposição dos parâmetros inerentes a estes ativos está voltada especialmente para a qualificação das informações contábeis-financeiras disponibilizadas aos diferentes tipos de usuários das empresas.

De acordo com os dados apresentados no Quadro 4, se observa a vigência de diversas normativas inerentes aos bens imateriais. Além do CPC 04 (2010) que especifica os critérios para o reconhecimento, mensuração do valor contábil e divulgação dos intangíveis, a legislação brasileira, as normas contábeis editadas pelo CFC e demais CPC's, instrumentalizam a contabilidade desses bens.

Quadro 4 – Normatização contábil inerente aos ativos intangíveis no Brasil

Tipo do Ato	Objetivo
Lei 6.404/1976	Dispõe sobre as sociedades por ações e é considerada o marco legal na contabilidade brasileira. Trata de questões gerais da contabilidade societária: exercício social, demonstrações financeiras. O Art. 178 trata da classificação dos intangíveis: no ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, nos seguintes grupos: a) ativo circulante; b) ativo realizável a longo prazo; c) ativo permanente, dividido em investimentos, ativo imobilizado e ativo diferido.
Lei 11.638/2007	Alterou a Lei 6.404/1976 no que se refere às demonstrações financeiras obrigatórias. Esta Lei impôs a obrigatoriedade da aplicação nas normas internacionais de contabilidade no Brasil, marcando a convergência do país aos padrões aceitos mundialmente. Quanto aos intangíveis alterou o Art. 178: no ativo, as contas serão dispostas conforme os seguintes grupos: c) ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido. Além disso modificou questões relativas a avaliação patrimonial desses elementos.
Medida Provisória 441/2008	Convertida na Lei nº 11.941/2009.
Lei 11.941/2009	Alterou a Lei nº 6.404/1976. Dispôs sobre as informações das notas explicativas e da avaliação de bens do imobilizado e intangível. Quanto aos intangíveis, o Art. 178 consta que o ativo é agora subdividido em: ativo circulante e ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.
Pronunciamento Conceitual Básico	Dispõe da estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro.
CPC 01/2010	Trata da redução ao valor recuperável de ativos.
CPC 04/2010	Dispõe sobre o ativo intangível.
CPC 15/2011	Dispõe sobre a combinação de negócios.
CPC 26/2011	Trata da apresentação das demonstrações contábeis.
ICPC 09/2009	Trata das demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial.
Resol. CFC 1139/2008	Aprova a NBC T 19.8 (Ativo Intangível).
Resol. CFC 1303/2010	Aprova a NBC TG 04 (Ativo Intangível), baseada no CPC 04 e IAS 38.
Resol. CFC 1350/2011	Aprova a NBC TG 15 (Combinação de Negócios), baseada no CPC 15 e IFRS 3.

Fonte: Elaborado pela autora.

Cada uma dessas normas aborda, conforme seus objetivos, questões de identificação, reconhecimento, mensuração e divulgação relacionada aos ativos intangíveis. Especificamente nos tópicos seguintes, se discute a aplicabilidade em cada situação.

2.4.1 Reconhecimento e Mensuração de Ativos Intangíveis

No contexto de convergência entre as normas contábeis brasileiras e normas internacionais de contabilidade, ofereceu-se uma oportunidade de melhoria substancial em relação ao reconhecimento, avaliação e relatórios de ativos intangíveis em concordância com as exigências da economia atual (RADNEANTU, 2009). No Brasil, as Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 trouxeram significativas mudanças à Lei nº 6.404/1976 quanto à estrutura do balanço patrimonial e os procedimentos contábeis ao grupo dos intangíveis.

Até a criação da Lei nº 11.638/2007, os intangíveis não tinham tratamento especial quanto à sua classificação no balanço patrimonial. Com a entrada em vigor desta lei os ativos intangíveis passaram a ser classificados no grupo permanente, juntamente com os investimentos, imobilizado e diferido. O artigo 179, parágrafo V, especifica que o intangível deve envolver “os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido”.

Com a Lei nº 11.941/2009 a estrutura patrimonial do ativo ficou subdividida em ativo circulante e ativo não circulante. O ativo não circulante passou a ser constituído pelo ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível e, houve ainda, a extinção do ativo diferido da estrutura patrimonial.

No Quadro 5 apresenta-se um comparativo das alterações na composição do ativo, partindo-se da Lei nº 6.404/1976.

Quadro 5 – Composição do ativo

Lei nº 6.404/1976	Lei nº 11.638/2007	Lei nº 11.941/2009
Ativo Circulante Ativo Realizável a Longo Prazo Ativo Permanente Investimentos Imobilizado Diferido	Ativo Circulante Ativo Realizável a Longo Prazo Ativo Permanente Investimentos Imobilizado Intangível Diferido	Ativo Circulante Ativo Não-Circulante Realizável a Longo Prazo Investimentos Imobilizado Intangível

Fonte: Adaptado de Iudícibus et al. (2010).

Todas as definições para ativos intangíveis levam à reflexão de como identificar este elemento patrimonial. Para tanto, o reconhecimento de um intangível ocorre somente se forem

atendidos três aspectos concomitantemente, que são a identificação, o controle e a perspectiva da geração de benefícios econômicos futuros.

Para que um ativo seja identificado como intangível deve atender a dois critérios de identificação, que são:

- (a) for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, individualmente ou junto com um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade; ou
- (b) resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações (NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE NBC TG 04, 2010, p. 07-08).

Esta questão da identificação do ativo intangível é especialmente importante de acordo com o CPC 04 (2010), devido ao fato da diferenciação que deve existir entre este e o *goodwill*, que por sua vez, é um ativo reconhecido como ágio de expectativa de rentabilidade futura, normalmente resultante de negociações de ativos da entidade.

Quanto ao controle dos ativos intangíveis, o CPC 04 (2010, p. 08), de acordo com as normas internacionais de contabilidade reitera:

a entidade controla um ativo quando detém o poder de obter benefícios econômicos futuros gerados pelo recurso subjacente e de restringir o acesso de terceiros a esses benefícios. Normalmente, a capacidade da entidade de controlar os benefícios econômicos futuros de ativo intangível advém de direitos legais que possam ser exercidos num tribunal. A ausência de direitos legais dificulta a comprovação do controle. No entanto, a imposição legal de um direito não é uma condição imprescindível para o controle, visto que a entidade pode controlar benefícios econômicos futuros de outra forma.

Para exercer o controle sobre um ativo intangível a empresa deve ter proteção legal sobre eles, como por exemplo, o conhecimento de sua equipe estará sob controle se houver proteção por meio de direitos autorais, ou a fidelidade das negociações com sua carteira de clientes estará caracterizada como intangível se houver a comprovação de que estes clientes continuarão sempre efetuando suas negociações com a entidade (CPC 04, 2010).

Quanto aos benefícios econômicos futuros esperados pelos ativos intangíveis, a IAS 38 especifica que estes devam proporcionar à empresa receitas pela venda de produtos e serviços, além da redução de custos pelo uso do ativo, sendo um exemplo, o uso da propriedade intelectual num determinado processo produtivo como auxílio à redução de custos futuros.

Tendo sido identificado como um ativo intangível, este elemento deve ser reconhecido na contabilidade. Para que este procedimento seja efetivado, o CPC 04 (2010, p. 10) exige que sejam atendidos dois fatores essenciais: “(a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da empresa; e (b) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade”. Para atender a estes dois critérios a empresa deverá identificar precisamente a propensão deste elemento em gerar benefícios futuros por meio de evidências comprováveis e o ativo deve ser reconhecido pelo seu custo inicial.

A exigência de precisão quanto aos futuros fluxos econômicos de tais ativos é um argumento-chave que dificulta em muitas situações o reconhecimento de ativos intangíveis de maneira imediata no balanço (LEV; CAÑIBANO; MARR, 2005). Segundo estes autores, este fato estaria atrasando o reconhecimento dos benefícios destes ativos e referendando a perda da relevância da contabilidade nas entidades.

Ainda com relação ao reconhecimento dos ativos intangíveis há diferenciações nos procedimentos a serem adotados entre aqueles adquiridos separadamente, os adquiridos por combinação de negócios e os adquiridos a partir de subvenção governamental. Os intangíveis adquiridos em separado devem ser mensurados pelo seu custo, que envolve o resultado do somatório do preço de compra mais qualquer gasto necessário para o seu funcionamento (CPC 04, 2010; IUDÍCIBUS et al., 2010).

Por sua vez, os ativos intangíveis adquiridos por meio de uma combinação de negócios, oriundos normalmente de negociações na participação societária de outras empresas, de acordo com o CPC 15 (2011) devem ser mensurados pelo seu valor justo no ato da aquisição. Os valores que compõem estes ativos são resultado de um pagamento a maior sobre o valor contábil reconhecido no patrimônio líquido da adquirida.

Mesmo com todos os procedimentos contábeis para a harmonização dos valores nos processos de compras societárias, principalmente quanto ao valor de mercado de um imobilizado e o seu valor contábil líquido, pode-se ainda encontrar um valor residual resultante nestes ajustes. Este valor residual é reconhecido como fundo de comércio ou *goodwill*, que nada mais é do que o pagamento que um adquirente faz por uma expectativa de rentabilidade futura. Sendo assim, as normatizações contábeis orientam que para a contabilização dos ativos intangíveis adquiridos em combinações de negócios, aqueles identificáveis de forma confiável devem ser contabilizados pelo seu valor justo, em separado do *goodwill*, que por sua vez mensura-se pelo valor residual da referida negociação (CPC 15, 2011; CPC 04, 2010).

Ainda podem ocorrer casos de aquisição de ativos intangíveis por subvenção governamental, resultantes de concessões de licenças ou direitos que o governo concede às empresas. Nestes casos, a entidade tem a opção de reconhecer o intangível ao valor justo ou ao valor nominal (CPC 07, 2010).

Referente ao reconhecimento e mensuração dos ativos intangíveis gerados internamente as novas normatizações trouxeram importantes mudanças. O *goodwill*, por exemplo, não deve ser reconhecido como ativo. Os demais intangíveis gerados internamente para serem reconhecidos como tal, devem atender os critérios gerais de reconhecimento e mensuração, além de obrigatoriamente estarem classificados como ativos em fase de pesquisa ou em fase de desenvolvimento (CPC 04, 2010; PETKOV, 2011c).

Mesmo com a normatização observam-se diferentes práticas com relação ao reconhecimento de ativos intangíveis. Aqueles adquiridos são reconhecidos e capitalizados facilmente, enquanto para aqueles intangíveis gerados internamente não há acordo (CRISÓSTOMO, 2009). Em determinadas situações o não reconhecimento, capitalização e divulgação de ativos intangíveis gerados internamente pode ser fator propositivo para crises financeiras nas entidades (PETKOV, 2011a).

2.4.2 Evidenciação Obrigatória de Ativos Intangíveis

O ambiente socioeconômico em que as empresas estão inseridas impõe a necessidade de questionar as formas de perceber estas organizações, e as variáveis como informação, conhecimento e ativos intangíveis reforçam a importância de repensar os instrumentos preconizados na gestão das organizações (COLAUTO et al., 2009). Especificamente no contexto dos ativos intangíveis, fatores como o aumento da representatividade destes elementos e os crescentes estudos sobre este assunto demonstram a importância da evidenciação dos mesmos para os usuários da informação das entidades (JORDÃO; COLAUTO, 2009).

Nesta pesquisa, é tratada apenas a evidenciação obrigatória dos ativos intangíveis, visto que há também considerações importantes sobre o *disclosure* voluntário dos ativos intangíveis. No Brasil, os aspectos relacionados às divulgações obrigatórias destes ativos estão presentes em especial no pronunciamento CPC 04 (2010), o qual está em conformidade com as normas internacionais de contabilidade.

Conforme este pronunciamento, as empresas deverão divulgar diferenciadamente os ativos intangíveis gerados internamente daqueles que não os são, conforme cada classe desses

elementos. De acordo com o item 119 do CPC 04 (2010), cada classe representa um grupo de ativos de natureza similar e podem ser exemplificadas como marcas, periódicos, *softwares*, licenças, franquias, direitos autorais, patentes, receitas, fórmulas, projetos, protótipos e ativos intangíveis em desenvolvimento. Recomenda-se que cada classe citada, seja divulgada individualmente, de forma a facilitar a compreensão da informação pelos usuários.

De acordo com o item 118 do CPC 04 (2010, p. 33), a entidade deve divulgar obrigatoriamente sobre os ativos intangíveis:

- (a) com vida útil indefinida ou definida e, se definida, os prazos de vida útil ou as taxas de amortização utilizados;
- (b) os métodos de amortização utilizados para ativos intangíveis com vida útil definida;
- (c) o valor contábil bruto e eventual amortização acumulada (mais as perdas acumuladas no valor recuperável) no início e no final do período;
- (d) a rubrica da demonstração do resultado em que qualquer amortização de ativo intangível for incluída;
- (e) a conciliação do valor contábil no início e no final do período.

Ainda são informações que as empresas devem evidenciar: o valor contábil e a motivação da avaliação dos intangíveis que têm vida útil indefinida; descrição, valor contábil e prazo de amortização remanescente de qualquer ativo intangível individual; valor justo inicial ou valor nominal de ativos adquiridos por subvenção governamental; compromissos advindos da aquisição de intangíveis e; gastos totais com pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa do período. Como para qualquer outro ativo, a empresa também deve divulgar informações dos intangíveis submetidos ao teste de recuperabilidade. Este procedimento avalia a real capacidade do bem em gerar benefícios econômicos futuros para a empresa (CPC 01, 2010).

A contribuição dos relatórios financeiros propostos pelos órgãos contábeis regulamentadores está relacionada com o fornecimento de informações úteis para a tomada de decisões econômicas e de desempenho da empresa, seja por parte de investidores ou demais *stakeholders* (MOURTISEN; BUKH; MARR, 2005), visto que a informação é um fator essencial para a eficiência no mercado (MACAGNAN, 2007).

Em referência aos intangíveis, ainda há o que avançar no sentido de haver uma maior harmonização e possível comparabilidade das informações divulgadas a partir das obrigatoriedades exigidas (BOULERNE; SAHUT, 2010; PETKOV, 2010). Sugere-se que estes desafios sejam superados com a adoção integral da matriz institucional relacionada a estes bens.

3 REVISÃO DE LITERATURA EMPÍRICA SOBRE O RECONHECIMENTO CONTÁBIL DE ATIVOS INTANGÍVEIS

O tema intangíveis vem ganhando grande espaço nas pesquisas científicas tanto no Brasil como mundialmente, sendo objeto de estudo nas mais diversas áreas do conhecimento. Como esta pesquisa se propôs a investigar o reconhecimento contábil dos ativos intangíveis, fez-se uma revisão de trabalhos empíricos já desenvolvidos que examinaram questões demandadas desta temática.

Procedeu-se a revisão dos estudos anteriores em três etapas. No primeiro momento foram identificadas as dissertações de mestrado e teses de doutorado apresentadas no Brasil e disponíveis para consulta no Banco de Teses da CAPES até Agosto de 2012. No Quadro 6 descreve-se as pesquisas identificadas nesta fase, que abordaram de alguma forma o reconhecimento contábil de intangíveis. Importa observar que as referidas pesquisas foram realizadas antes da obrigatoriedade da normativa sobre ativos intangíveis publicada pelo CPC.

Quadro 6 – Dissertações e teses sobre reconhecimento de ativos intangíveis

Autor	Ano	Tipo do Estudo	Tema Abordado
COTRIN	2002	Dissertação	<i>Goodwill</i>
MARTINS	2002	Dissertação	<i>Goodwill</i>
SANTOS	2002	Dissertação	<i>Goodwill</i>
LEÃO	2005	Tese	Marcas

Fonte: Elaborado pela autora.

O estudo de Cotrin (2002) descreve as práticas de reconhecimento contábil do *goodwill* em diferentes países a partir das principais normas referentes ao tema segundo FASB, IASB e demais normatizações brasileiras. Abordou as diferentes formas de reconhecimento do *goodwill*, enfatizando a diferenciação conceitual e prática existente entre *goodwill* e ágio.

Martins (2002) menciona em sua pesquisa a possibilidade das instituições financeiras depositárias reconhecerem os depósitos estáveis, a prazo e a vista, como ativos intangíveis. Isso seria possível, conforme o autor, na medida em que esse ativo intangível decorrente de depósitos estáveis é passível de identificação, explicando parte do *goodwill* da instituição depositária, pelo fato do *goodwill* ser um ativo residual dependente da avaliação da empresa no geral. Além disso, o estudo aborda uma vasta revisão de literatura sobre ativos intangíveis (definição, mensuração e contabilização) e *goodwill* (identificação e mensuração).

Santos (2002) desenvolveu estudo comparativo entre as normas brasileiras, norte-americanas e internacionais sobre o tratamento contábil do *goodwill* adquirido. Quanto ao

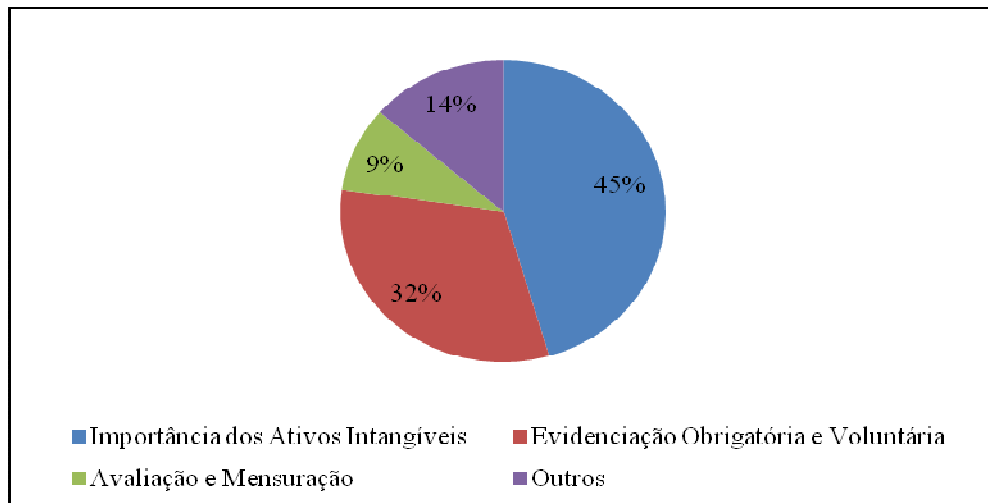
reconhecimento destes elementos, descreve os procedimentos adotados no Brasil, pelo IASB e US-GAAP, comparando-os posteriormente, visando identificar semelhanças e diferenças nestas regras.

A pesquisa de Leão (2005) trata do reconhecimento contábil das marcas como ativos intangíveis. Buscou determinar as razões e o modo de reconhecer adequadamente o valor das marcas, sendo que para isso, considerou o método do fluxo de caixa descontado adequado para atender aos procedimentos requeridos, seja em termos econômicos, contábeis ou mercadológicos, de modo que os benefícios futuros decorrentes do controle exclusivo de uma marca estejam representados e individualizados corretamente nas demonstrações contábeis da empresa.

A segunda etapa da revisão de pesquisas realizadas sobre o reconhecimento de intangíveis consistiu na identificação dentre os trabalhos apresentados em três congressos nacionais relacionados à área contábil – Encontro Nacional da ANPAD (ENANPAD), Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e Congresso da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT) – entre os anos de 2007 e 2011, os que se relacionavam com o assunto em discussão. Dentre a totalidade de pesquisas que abordaram o tratamento contábil de ativos intangíveis nestes anos, não se identificou nenhuma que tenha uma abordagem específica do reconhecimento contábil destes elementos.

De modo geral, observou-se que o maior número de pesquisas sobre ativos intangíveis se relacionam com a mensuração, evidenciação e o estabelecimento de relação entre os elementos intangíveis com o desempenho econômico-financeiro das empresas. O Gráfico 1 apresenta a caracterização desta divisão.

Gráfico 1 – Pesquisas sobre ativos intangíveis em congressos nacionais



Fonte: Elaborado pela autora.

As pesquisas que tratam sobre a importância dos ativos intangíveis nas empresas abordam em sua maioria a influência desses elementos no valor das entidades e na inovação que propiciam (MOURA; ROBLES JÚNIOR, 2007; KAYO; SETH; KIMURA, 2007; KAYO; PATROCÍNIO; MARTIN, 2008; LIMA; CARMONA, 2010; QUEIROZ, 2010; RITTA; ENSSLIN, 2010; SILVA et. al, 2011). As pesquisas sobre a divulgação de informações intangíveis foram desenvolvidas no âmbito obrigatório e voluntário (ANTUNES; LEITE; GUERRA, 2007; COLAUTO et. al, 2008; MENESES; PONTE; MUPURUNGA, 2011; FONTANA; MACAGNAN, 2011; MOURA et. al, 2011).

Os estudos que abordam a mensuração dos ativos intangíveis envolveram a proposição de modelos para esta avaliação (SANTOS; MELO; IUDÍCIBUS, 2007; LAURETTI; MATIAS FILHO, 2009). Demais estudos tratam do grau de intangibilidade das empresas (FIETZ; SCARPIN, 2008), dos fatores determinantes na valoração dos intangíveis (LIMA; CARMONA, 2009) e da conceituação usual sobre *goodwill* (COSTA et. al, 2009)

Para finalizar a revisão de pesquisas empíricas sobre o reconhecimento de ativos intangíveis foi realizado um levantamento das publicações em periódicos entre o período de 2007 à Agosto de 2012. A fonte utilizada para este levantamento foi o Portal *EBSCOHost* e suas respectivas bases de dados: *Academic Search Complete*, *Academic Search Elite*, *Academic Search Premier*, *Business Source Complete* e *Regional Business News*, sendo que o Quadro 7 apresenta as pesquisas identificadas nesta fase.

Quadro 7 – Pesquisas publicadas em periódicos sobre reconhecimento de ativos intangíveis

Autor	Ano	Objetivo
OLLIER; WALLISER	2007	Identificação da tendência nos procedimentos contábeis referentes aos intangíveis na França, a partir da aplicação das normas IFRS em 2005
BLOOM	2009	Discussão sobre os procedimentos inerentes ao reconhecimento dos valores do <i>goodwill</i> adquirido
RADNEANTU	2009	Análise do reconhecimento de ativos intangíveis em empresas da Romênia
YUN-HONG	2009	Indicação de procedimentos para o reconhecimento contábil de ativos intangíveis em empresas de alta tecnologia
BOUDEN	2010	Análise de fatores que levam ao reconhecimento de ativos intangíveis identificados a partir de fusões de empresas francesas
BRÄNNSTRÖM	2010	Discussão sobre a possibilidade de reconhecimento de ativos intangíveis a partir de direitos contratuais
OLLIER et. al	2010	Identificação das consequências da adoção de normas IFRS relativas aos intangíveis na França
BRAHIM; ARAB	2011	Análise de fatores que influenciam no cumprimento dos critérios de reconhecimento de ativos intangíveis
PETKOV	2012	Discussão das implicações do não reconhecimento de ativos intangíveis gerados internamente em pequenas e médias empresas búlgaras

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre as pesquisas identificadas, o tema reconhecimento de ativos intangíveis foi parte integrante do estudo de Ollier e Walliser (2007) os quais buscaram fornecer uma visão geral das práticas emanadas da IAS 38 em vigor na França a partir de 2005. Foram analisadas informações contábeis dos anos de 2003, 2004 e 2005 de um grupo de empresas francesas e os autores concluíram que houve uma grande alteração nas práticas adotadas. Embora o valor dos ativos intangíveis em geral tenha continuado estável nestes anos analisados, observaram diferenciação nos procedimentos adotados quanto às contas de ágio, visto a norma internacional não ser considerada clara neste aspecto.

O estudo de Bloom (2009) caracterizou o reconhecimento do *goodwill* gerado internamente e aquele comprado de terceiros. Há consenso de que a categoria gerada internamente não deva ser reconhecida como intangível porque é impossível fazê-la dentro das regras contábeis aceitas atualmente. Por outro lado, não há dificuldade em reconhecer contabilmente o *goodwill* adquirido, mesmo havendo controvérsias a respeito de como tratar o montante, uma vez reconhecido. O autor faz uma crítica sobre a necessidade de um tratamento único do *goodwill* adquirido, já que a informação atribuível a este elemento é útil para as pessoas que efetuam avaliações ou tomam decisões relativas a essa entidade.

Radneantu (2009) tratou da visibilidade dos intangíveis a partir do reconhecimento, avaliação e estruturação dos relatórios que evidenciam estes elementos em empresas da Romênia, principalmente aquelas de base tecnológica. O estudo é basicamente teórico e aborda as práticas indicadas para o reconhecimento de elementos intangíveis e a necessidade do cumprimento destas regras para, conseqüentemente, as entidades não publicarem aos seus usuários finais demonstrações financeiras inúteis.

Por sua vez, Yun-Hong (2009) desenvolveu pesquisa relatando o reconhecimento de ativos intangíveis no caso de empresas de alta tecnologia. Apresenta de forma geral as particularidades desses ativos em empresas *high-tech*, sejam eles, marcas, tecnologias patenteadas, *softwares* e sistemas de informação. Devido ao fato dessas entidades possuírem tecnologia avançada e criarem produtos inovadores, o autor salienta a importância da adaptação aos novos padrões contábeis no que se refere ao reconhecimento contábil dos recursos humanos como ativos intangíveis, além daqueles elementos que ocorrem normalmente.

O estudo desenvolvido por Bouden (2010) verificou os fatores decisivos para o reconhecimento de ativos intangíveis em empresas francesas no caso de haver negociações que envolvam combinação de negócios conforme os parâmetros IFRS. A conclusão é de que a

filiação setorial da empresa alvo exerce influência sobre este reconhecimento, assim como aspectos relacionados com a não amortização de determinados ativos intangíveis.

Brännström (2010) faz uma reflexão teórica sobre as possibilidades de reconhecimento de ativos intangíveis a partir das normas IFRS. Em especial ressalta a contabilização daqueles elementos que sejam identificados a partir de direitos contratuais e exemplifica que o conhecimento do capital humano de uma entidade poderia ser reconhecido a partir desse meio.

A pesquisa de Ollier et. al (2010) examina a adoção obrigatória da norma IAS 38 na França a partir de 2005 e as consequências deste processo, por meio de uma análise de informações contábeis dos anos de 2004 (ano de transição à norma) e 2005 (ano de adesão obrigatória à norma). Os resultados obtidos revelam em especial, um aumento significativo dos valores reconhecidos como ágio, visto a necessidade de atualização dos ativos intangíveis.

Os fatores que influenciam no cumprimento das regras de reconhecimento de intangíveis oriundos de investimentos de pesquisa e desenvolvimento foram investigados no estudo de Brahim e Arab (2011). Foi constatada a capacidade dos investimentos intangíveis (P&D) imediatamente contabilizados serem mais importantes na geração de benefícios futuros do que outros investimentos (tangíveis e intangíveis reconhecidos no balanço patrimonial).

Os pesquisadores atribuíram essa capacidade, em grande parte, ao grau de envolvimento dos gestores. Além disso, esses investimentos são suscetíveis a diminuir a volatilidade de ganhos futuros e, conseqüentemente, seus lucros futuros podem ser mensurados com confiabilidade e capitalizados no balanço como ativos, essencialmente para as empresas que têm um forte alinhamento entre os gestores e os interesses dos acionistas.

Petkov (2012) tratou em seu estudo sobre as consequências do não reconhecimento dos ativos intangíveis criados internamente no caso de pequenas e médias empresas búlgaras. O autor considera os intangíveis gerados internamente como o fator que diferencia as empresas bem sucedidas na economia atual, por isso considera que nestes casos o reconhecimento dos ativos gerados internamente proporcionaria um fomento do espírito empreendedor e incentivaria o crescimento da economia baseada no conhecimento, por meio de capacidades para a implementação de novas tecnologias e produtos inovadores.

Com base nos estudos precedentes e devido a importância que os ativos intangíveis representam para as entidades atualmente, nota-se que ainda existe espaço para o aprofundamento do conhecimento necessário tanto para a academia quanto para os profissionais da área. O reconhecimento contábil desses elementos, objeto desta pesquisa,

ainda é pouco desenvolvido, em comparação com outras linhas de pesquisa que envolvem os ativos intangíveis, principalmente no que se refere aos reflexos ocasionados pela institucionalização da IAS 38 em âmbito brasileiro.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método científico “é um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento” (VERGARA, 2007). Levando-se em consideração esta proposição juntamente com os objetivos traçados para a pesquisa científica, os procedimentos metodológicos apropriados são o meio pelo qual o pesquisador se utiliza para a construção de sua investigação.

Dessa forma, este capítulo compreende a descrição da estrutura metodológica adotada nessa pesquisa. Primeiramente, há o delineamento do estudo, tendo por seguimento a apresentação da população e amostra, procedimentos para a coleta das evidências e período que compreende a análise. Por fim, são expostos os procedimentos relacionados à forma do tratamento e análise das evidências coletadas para o desenvolvimento da investigação empírica.

4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Devido a diversidade de tipos de pesquisas científicas, cada investigação se distingue segundo seu objetivo, processo, lógica e resultado. O objetivo da pesquisa envolve a motivação para o desenvolvimento de tal estudo; o processo da pesquisa trata da maneira adotada na coleta e análise dos dados; a lógica da pesquisa revela se a investigação parte do geral para o específico ou ao contrário; o resultado da pesquisa demonstra se o estudo busca solucionar um determinado problema ou contribuir para o conhecimento do tema (COLLIS; HUSSEY, 2005).

A pesquisa realizada é caracterizada como descritiva, quanto aos seus objetivos, pois descreve as implicações observadas para o reconhecimento dos ativos intangíveis da amostra, considerando-se a institucionalização da IAS 38. Adicionalmente, identifica as estruturas formais e práticas operacionais aplicadas que possam influenciar neste reconhecimento. Este tipo de estudo caracteriza-se pela observação, análise e correlação de fatos ou variáveis sem manipulá-los. Procura descobrir também, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e propriedades (KMETEUK FILHO, 2005).

Quanto ao processo adotado para a investigação, este se caracteriza como qualitativo e quantitativo. A ênfase dos estudos qualitativos está na interpretação dos processos e significados adotados por determinadas estruturas e organizações (GODOI; BALSANI, 2010), sendo que esta pesquisa envolve a análise interpretativa e descritiva das práticas contábeis relativas ao reconhecimento dos ativos intangíveis adotadas em um grupo de

empresas brasileiras. Desse modo, está se identificando as estruturas formais e práticas operacionais seguidas pelas empresas e como essa observação reflete no reconhecimento de ativos intangíveis.

A abordagem quantitativa é desenvolvida neste processo por meio da mensuração dos dados do reconhecimento de bens intangíveis e sua posterior análise utilizando-se técnicas de estatística descritiva. Segundo Collis e Hussey (2005), este tipo de pesquisa trabalha com a coleta e análise de dados numéricos e a aplicação de testes para sua efetividade.

Outra característica metodológica deste estudo é quanto ao seu resultado. É considerado um estudo aplicado já que a investigação analisa as implicações provocadas pela adoção da nova matriz institucional (IAS 38) no reconhecimento de ativos intangíveis. As pesquisas aplicadas, conforme Vergara (2007), tem uma finalidade prática, não se delimitando apenas em uma contribuição ao conhecimento de determinado tema.

O procedimento técnico adotado para o desenvolvimento da pesquisa é o documental, com consulta às demonstrações contábeis publicadas pelas empresas da amostra. A pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e serve-se de fontes como dados institucionais mantidos em arquivos de empresas, órgãos públicos e demais organizações (GIL, 2010).

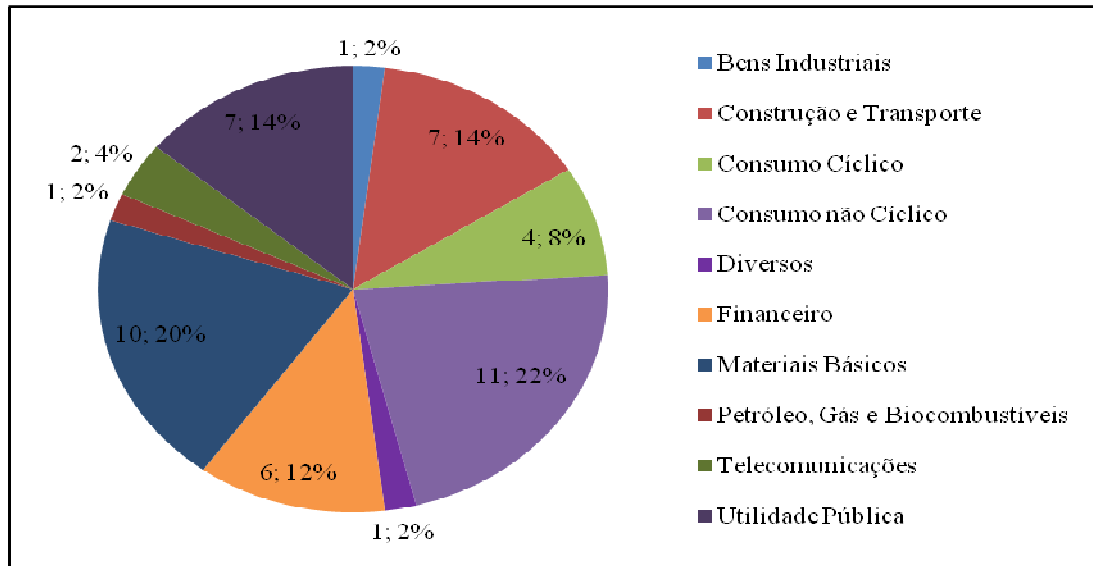
4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA DA PESQUISA

Para o desenvolvimento do estudo foi selecionada uma amostra não probabilística, em uma população formada pelas empresas classificadas no Índice Bovespa – Ibovespa – da BM&FBOVESPA. A opção de escolha desta população se dá em virtude do Índice Ibovespa envolver as empresas com os principais papéis negociados na BM&FBOVESPA e os melhores indicadores de desempenho de cotações no mercado acionário brasileiro. Em termos de representatividade de liquidez, as ações que integram a carteira teórica do Ibovespa respondem por aproximadamente 80% do volume financeiro negociado no mercado à vista da BM&FBOVESPA. Além disso, as empresas participantes desta carteira são responsáveis em média por 70% do somatório da capitalização bursátil de todas as empresas com ações negociadas na bolsa (BM&FBOVESPA, 2012).

Em Agosto de 2012 este índice era formado por 64 empresas de diferentes setores de atuação. Para a composição da amostra do estudo foram excluídas desta população 11 empresas constituídas como *holding* pela sua caracterização peculiar de atuar basicamente com o objetivo de participar societariamente em outras entidades e mais 3 empresas que não

disponibilizaram as demonstrações contábeis de todos os anos para os quais se propõe a análise. Dessa forma, a amostra final deste estudo compõe-se de 50 empresas. O Gráfico 2 apresenta a quantidade de empresas por segmento de atuação e o seu respectivo percentual representativo na amostra.

Gráfico 2 – Classificação setorial das empresas formadoras da amostra da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

Os setores de atuação estão classificados segundo os tipos e os usos dos produtos ou serviços desenvolvidos pelas empresas que os compõem. Esta classificação permite uma visão daquelas organizações que atuam em atividades similares da cadeia produtiva e tendem a responder de forma semelhante às condições econômicas.

4.3 COLETA DAS EVIDÊNCIAS E PERÍODO DE ANÁLISE

As evidências para o desenvolvimento do estudo foram obtidas por meio de consulta documental às demonstrações contábeis individuais das empresas controladoras, abrangendo balanço patrimonial e notas explicativas publicados no *site* da CVM e/ou BM&FBOVESPA. No caso de haver rerepresentações das demonstrações pelas entidades, foram consideradas as informações constantes na última publicação de tenha sido efetuada.

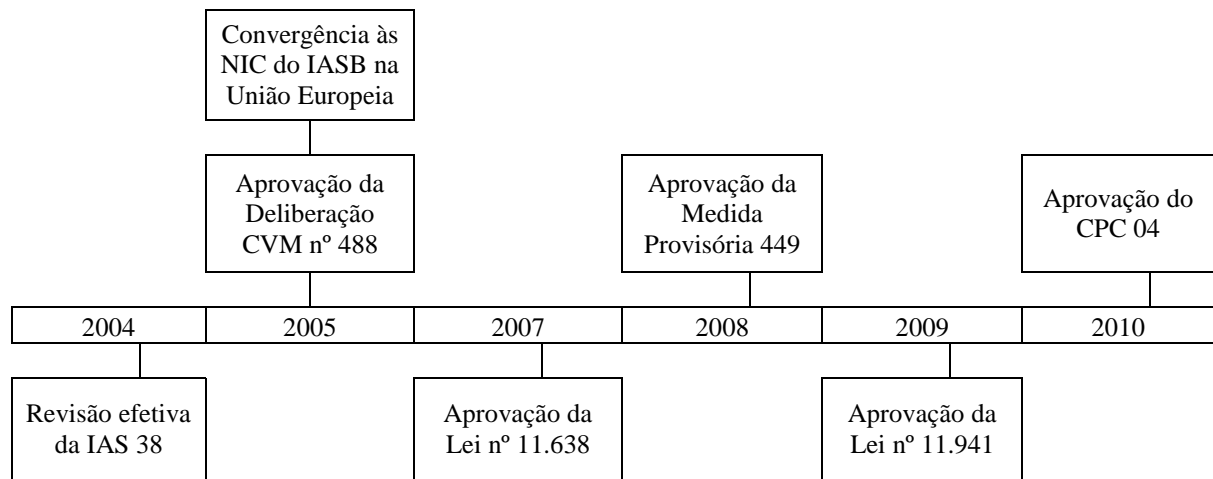
A análise compreende o período de 2006 a 2012. Este espaço de tempo foi definido para o estudo, pois agrega exercícios anteriores e posteriores a convergência aos padrões internacionais de contabilidade no Brasil.

No âmbito brasileiro as Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009 propuseram as principais alterações no tratamento contábil aos ativos intangíveis e marcam a convergência

às normas internacionais de contabilidade no país. Muito embora a regulamentação citada viesse a ser publicada a partir do ano de 2007, antes disso, a CVM já havia publicado deliberação nº 448 em 2005 que equiparava os procedimentos contábeis de elementos intangíveis às normas internacionais de contabilidade, a qual deveria ser observada pelas empresas que negociavam no mercado de capitais.

A regulamentação proposta pela CVM originou-se da necessidade em aumentar a transparência e segurança das informações contábeis das empresas brasileiras que negociavam em mercados internacionais. Na Figura 1 descrevem-se as principais alterações normativas referente aos intangíveis que refletiram nas práticas adotadas pelas empresas brasileiras.

Figura 1 – Evolução normativa referente aos intangíveis



Fonte: Elaborada pela autora.

Neste contexto, outro fator explicativo do período em análise é a possibilidade de internacionalização das empresas brasileiras. No caso de haver entidades com transações fora do país, havia a necessidade de que estas estivessem com padrões contábeis equiparados aos países que intermediavam as negociações. Como a transição para as normas internacionais de contabilidade ocorreu em períodos diferenciados em cada país, pode ter ocorrido a aplicação de diferentes procedimentos contábeis referentes aos ativos intangíveis dentro do espaço de tempo proposto para o estudo.

4.4 TRATAMENTO E ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS

As evidências coletadas foram tabuladas de forma a instrumentalizar o estudo. Primeiramente foram identificados os padrões contábeis obrigatórios no reconhecimento de ativos intangíveis observados pelas empresas analisadas. Posteriormente, houve a distinção

das categorias de intangíveis reconhecidas e o valor atribuído a elas nos diferentes anos analisados.

A análise das evidências extraídas das demonstrações contábeis foi efetuada com vistas a atender aos objetivos específicos da pesquisa e diferencia-se em duas fases principais: a primeira predominantemente com evidências qualitativas e a segunda com evidências mais quantitativas. A utilização de ambas as estratégias permitiu uma complementação e inter-relação dos resultados apurados em cada uma.

Primeiramente analisou-se o conjunto de regramentos adotados pelas empresas, tendo-se por base as obrigatoriedades exigidas para o reconhecimento dos ativos intangíveis. A instrumentalização desta fase ocorre por meio de análise das informações contábeis evidenciadas sobre ativos intangíveis. Para atender a esta proposição foram elencados critérios, descritos no Quadro 8, que foram analisados nas notas explicativas e no balanço patrimonial das entidades.

Quadro 8 – Informações relacionadas ao reconhecimento de ativos intangíveis

Critério	Descrição do Padrão Contábil
a	Descrição de políticas contábeis adotadas na mensuração dos ativos intangíveis, incluindo formas e critérios de valoração utilizados
b	Distinção entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis
c	Diferenciação entre ativos intangíveis com vida útil indefinida e definida
d	Definição do prazo de vida útil e taxas de amortização para ativos intangíveis com vida útil definida
e	Apresentação do método de amortização para ativos intangíveis com vida útil definida
f	Apresentação de eventual amortização acumulada mais as perdas no valor recuperável
g	Conciliação do valor contábil no início e no final do período
h	Descrição de adições, indicando as que se referem a desenvolvimento interno, as adquiridas, ou aquelas adquiridas por combinação de negócios
i	Divulgação de reduções decorrentes de ativos que tiveram perda por desvalorização
j	Distinção entre classes de ativos intangíveis
k	Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, apresentação do valor contábil e razões dessa classificação
l	No caso de ativos intangíveis adquiridos por subvenção governamental, apresentação do valor justo inicialmente reconhecido e valor contábil
m	Existência e os respectivos valores contábeis de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita
n	Existência e os respectivos valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações
o	Divulgação do total de gastos com pesquisa e desenvolvimento como despesas do período
p	Descrição de ativos intangíveis significativos, controlados pela entidade, mas que não são reconhecidos como ativos porque não atendem aos critérios normativos
q	Classificação do intangível no ativo não circulante conforme deliberação CVM 488/2005 (Divisão do ativo em circulante e não circulante)
r	Classificação do intangível no permanente (investimentos; imobilizado; intangíveis; diferido) conforme Lei 11.638/2007
s	Classificação do intangível no ativo não circulante conforme MP 449/2008 e Lei 11.941/2009

Fonte: Adaptado de CVM (2005); BRASIL (2007; 2009); CPC 04 (2010).

Os padrões selecionados envolvem procedimentos contábeis compulsórios que as empresas deveriam adotar e têm por base a legislação vigente, também orientado pelo CPC 04 (2010). É por meio desta análise exploratória que se verificou a institucionalização das normativas exigidas e confirmaram-se as principais políticas adotadas pelas empresas com relação ao reconhecimento dos seus ativos intangíveis.

Para a segunda fase da análise dos dados houve a categorização das classes de intangíveis reconhecidas pelas empresas no período e a identificação do respectivo valor reconhecido para cada uma. Foram verificadas todas as contas correspondentes a intangíveis classificadas nos diferentes grupos patrimoniais (diferido, investimentos, imobilizado e intangível), buscando evidenciar a evolução dos valores reconhecidos durante o período de estudo. Esta análise objetivou identificar possíveis alterações nos tipos de classes reconhecidas e valores atribuídos às mesmas após a institucionalização da norma contábil internacional que diz respeito aos ativos intangíveis. Para instrumentalizar esta análise utilizou-se de técnicas de estatística descritiva.

Para determinar a representatividade dos valores dos ativos intangíveis reconhecidos no período, inicialmente fez-se a identificação dos valores absolutos contabilizados em cada classe de intangível e do ativo total em todos os anos a que se propõe a análise para cada empresa. A fim de evitar eventuais distorções que estes valores absolutos pudessem acarretar nas análises, optou-se em relativizá-los. Para tanto, calculou-se um índice de ativos intangíveis que é resultado do quociente entre o valor total do ativo intangível e do ativo total.

Para a realização da análise dos resultados obtidos no índice calculado, optou-se em diferenciar as evidências em dois períodos principais: 2006 a 2009 e 2010 a 2012. O primeiro período caracteriza-se pela antecedência à adoção do CPC 04 e o segundo período abrange exercícios com a obrigatoriedade da implementação desta nova normativa. A opção por analisar as evidências destes dois períodos em separado refere-se ao fato da vigência do CPC 04 a partir do ano de 2010 no Brasil, o que provocou a obrigatoriedade das empresas adotarem a nova metodologia de tratamento aos ativos intangíveis, equiparada às normas internacionais de contabilidade.

As análises dos índices médios de representatividade dos ativos intangíveis foram estruturadas buscando identificar diferenças de valores reconhecidos a) antes e após a convergência ao CPC 04; b) por setor de atuação; c) por ano analisado.

Para comprovar se as diferenças identificadas na análise quantitativa inicial entre o período que antecedeu a adoção do CPC 04 para aquele posterior a sua implementação eram

estatisticamente significativas, os resultados foram analisados por meio da Análise de Variância (ANOVA Fator Único).

Ainda com relação aos valores atribuídos aos ativos intangíveis, fez-se uma análise descritiva de características que diferenciam empresas que reconhecem determinado intangível daquelas que não o fazem. Esta análise envolveu a identificação de procedimentos utilizados para a contabilização de três categorias de intangíveis e como estas práticas poderiam influenciar na situação econômico-patrimonial das empresas.

4.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Qualquer que seja o método adotado, sempre haverá limitações. Por se tratar de pesquisa documental, com dados coletados e tabulados conforme critérios pré-estabelecidos, o estudo pode apresentar resultados com fragilidades frente às escolhas propostas para a pesquisa.

Ressalta-se que a análise de evidências em notas explicativas pode possuir caráter subjetivo, devido a possibilidade de não estar explícita a política adotada pela empresa para o reconhecimento dos ativos intangíveis.

Com relação a escolha da amostra por critérios de intencionalidade pode-se incorrer na escolha de amostra não representativa. No entanto, a escolha de entidades tradicionais e de grande porte formadoras do IBOVESPA, pode eliminar esta fragilidade neste estudo, porém não permite a generalização dos resultados.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo divide-se em três seções principais, estruturadas de forma a demonstrar e analisar as evidências segundo os objetivos específicos traçados para o presente estudo. A primeira seção evidencia os resultados obtidos quanto à conformidade das empresas para o reconhecimento de ativos intangíveis, considerando-se parâmetros legais para este procedimento contábil. Na seção seguinte, são descritas as diferentes categorias de ativos intangíveis reconhecidas no período que abrange o estudo. A terceira seção apresenta as análises dos valores atribuídos aos ativos intangíveis, considerando-se as mudanças nas normatizações que norteiam este assunto.

5.1 CONFORMIDADE NO RECONHECIMENTO DE ATIVOS INTANGÍVEIS

O ambiente contábil brasileiro teve grandes transformações principalmente nos exercícios posteriores à 2006, como consequência da adesão do país às normas contábeis aceitas internacionalmente. No que se refere aos ativos intangíveis, objeto deste estudo, pode-se citar diferentes fatos legais que afetaram as práticas contábeis adotadas pelas empresas relativas à estes elementos.

Basicamente, os fatos normativos que modificaram o processo de reconhecimento de ativos intangíveis no Brasil foram a IAS 38 (2004), a deliberação CVM nº 488 (2005), as Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009 e o CPC 04 (2010). A implementação das novas normativas ocorreram em períodos diferenciados em cada empresa, visto não haver unicidade nos procedimentos contábeis para o reconhecimento dos intangíveis, principalmente até o ano de 2010, ano de publicação do CPC 04. Este pronunciamento trouxe às empresas a obrigatoriedade de adoção de mecanismos metodológicos de equiparação às normas contábeis internacionais, no que se refere às práticas contábeis relacionadas com os ativos intangíveis.

Buscando verificar a aderência das empresas constituídas na amostra do estudo quanto às obrigações advindas das mudanças já retratadas, fez-se a análise das evidências nos seguintes documentos contábeis: (1) balanço patrimonial e (2) notas explicativas.

Esta análise possibilitou identificar, além da conformidade quanto aos procedimentos para o reconhecimento dos ativos intangíveis, os períodos que tiveram a maior adesão às práticas que se equiparam àquelas aceitas internacionalmente e quais foram os padrões que tiveram destaques quanto à sua observação nas entidades, sendo que os padrões analisados estão estruturados basicamente pelos pressupostos do CPC 04 (2010).

5.1.1 Padrões Contábeis Observados pelas Empresas

Dentre os padrões contábeis obrigatórios para o reconhecimento dos ativos intangíveis que foram pesquisados, segundo as divulgações efetuadas pelas empresas, identifica-se uma heterogeneidade no que se refere a utilização dos procedimentos previstos no CPC 04, principalmente até o ano de 2010. Mesmo com a indicação proposta pela CVM por meio da deliberação nº 488/2005 de que as empresas brasileiras de capital aberto que possuíam negociações em mercados internacionais deveriam adotar as normas internacionais de contabilidade, entre o período de 2006 à 2009 observa-se a ocorrência, em maior incidência, de diferentes procedimentos adotados pelas entidades.

A identificação de diferentes práticas relaciona-se com o fato das empresas brasileiras estarem vinculadas às normas internas do país, especialmente à Lei nº 6.704/1976, que não contemplava tratamento especial aos ativos intangíveis, sendo que apenas indicava a forma de classificação desses bens. Adicionalmente, algumas empresas divulgavam em notas explicativas, de maneira superficial, as políticas contábeis que adotavam com estes elementos.

Quadro 9 – Padrões contábeis atendidos no reconhecimento de ativos intangíveis conforme legislação brasileira

Padrão Contábil para o Reconhecimento de Ativos Intangíveis	2006			2007			2008			2009		
	NA	S	N	NA	S	N	NA	S	N	NA	S	N
Nota geral sobre políticas contábeis acerca de ativos intangíveis	3	19	28	3	23	24	1	43	6	1	45	4
Classificação do intangível no ativo não circulante conforme deliberação CVM 488/2005 (Divisão do ativo em circulante e não circulante)	4	20	26	16	26	8	50	0	0	50	0	0
Classificação do intangível no permanente (investimentos; imobilizado; intangíveis; diferido) conforme Lei 11.638/2007	50	0	0	43	6	1	18	14	18	42	8	0
Classificação do intangível no ativo não circulante conforme MP 449/2008 e Lei 11.941/2009	50	0	0	50	0	0	35	15	0	1	39	10

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda:

NA – Padrão não se aplica

S – Padrão observado

N – Padrão não observado

De acordo com as informações do Quadro 9, observa-se que a evidenciação das políticas utilizadas para com os bens intangíveis foi um padrão adotado de forma crescente pelas empresas. Nos anos de 2006 e 2007, respectivamente, 40% e 50% das empresas faziam esta divulgação. Já em 2008 e 2009, houve predominantemente a adoção dessa prática,

principalmente pelo fato de que no ano de 2008 passou a vigorar a Lei nº 11.638/2007, a qual marcou a adesão do Brasil à nova matriz institucional da contabilidade mundial.

Em referência às exigências da legislação brasileira para a classificação dos ativos intangíveis, os anos de 2006 e 2007 são caracterizados pelo cumprimento da exigência da deliberação CVM nº 488/2005, a qual indica a classificação do ativo em circulante e não circulante, e os ativos intangíveis, dentro do segundo grupo. Nestes anos, há uma grande variação das práticas adotadas para a classificação desses elementos, sendo que ocorrem casos em que a classificação das contas está vinculada ao Diferido, ao Imobilizado, aos Investimentos e ao Intangível, ocorrendo em alguns casos, até a concomitância de contas intangíveis em mais de um desses subgrupos.

A classificação dos intangíveis passa no ano de 2008, a estar parametrizada pela Lei nº 11.638/2007 (contas intangíveis vinculadas a um grupo específico, classificado no ativo permanente, o qual era segregado ainda pelos investimentos, imobilizado e diferido). Contudo, mesmo com esta legislação em vigor, observa-se que a predominância das empresas da amostra não utilizou esta forma de classificação, e sim, aquela indicada pelas normas internacionais de contabilidade (ativo dividido em circulante e não circulante, sendo os ativos intangíveis, formadores desse último juntamente com o realizável a longo prazo, investimentos e imobilizado), parametrizada posteriormente pela Lei nº 11.941/2009 no âmbito brasileiro.

Ressalta-se, pela ausência de padrões na legislação brasileira, que a análise por meio de parâmetros oriundos do CPC 04 (2010) é a que fornece maiores subsídios para se identificar a conformidade das empresas quanto aos requisitos ao reconhecimento dos ativos intangíveis, visto que a amostra em estudo é composta, exclusivamente, por entidades brasileiras de capital aberto que estariam aderentes às normas internacionais de contabilidade desde 2006, conforme deliberação CVM nº 488/2005.

No Quadro 10 evidenciam-se os parâmetros aos quais as empresas estavam obrigadas ao cumprimento de acordo com os requisitos do CPC 04 e a quantificação daqueles que foram ou não observados. Apenas três itens não se aplicam a nenhuma das empresas que compõem a amostra. Devido ao fato de não possuírem ativos intangíveis específicos, os padrões que não foram identificados são: apresentação do valor justo inicialmente reconhecido e valor contábil; no caso de ativos intangíveis adquiridos por subvenção governamental; indicação da existência e dos respectivos valores contábeis de ativos intangíveis oferecidos como garantia de obrigações e; descrição de ativos intangíveis significativos, controlados pela entidade, mas que não são reconhecidos como ativos porque não atendem aos critérios normativos.

Quadro 10 – Padrões contábeis atendidos para o reconhecimento de ativos intangíveis conforme IAS 38

Padrão Contábil para o Reconhecimento de Ativos Intangíveis	2006			2007			2008			2009			2010			2011			2012		
	NA	S	N	NA	S	N	NA	S	N	NA	S	N	NA	S	N	NA	S	N	NA	S	N
Nota geral sobre políticas contábeis acerca de ativos intangíveis	4	19	27	3	23	24	1	43	6	1	45	4	2	48	0	2	48	0	2	48	0
Distinção entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis	4	13	33	3	14	33	4	23	23	3	27	20	2	35	13	2	35	13	2	35	13
Diferenciação entre ativos intangíveis com vida útil indefinida e definida	4	15	31	3	16	31	2	20	28	2	27	21	2	41	7	2	41	7	2	41	7
Definição do prazo de vida útil e taxas de amortização para ativos intangíveis com vida útil definida	4	16	30	3	18	29	2	34	14	2	37	11	2	44	4	2	44	4	2	44	4
Apresentação do método de amortização para ativos intangíveis com vida útil definida	4	20	26	3	22	25	2	34	14	2	36	12	2	45	3	2	45	3	2	45	3
Apresentação de eventual amortização acumulada mais as perdas no valor recuperável	4	12	34	3	14	33	2	25	23	2	31	17	2	38	10	2	37	11	2	37	11
Conciliação do valor contábil no início e no final do período	5	27	18	4	29	17	1	42	7	1	44	5	2	46	2	2	45	3	2	45	3
Descrição de adições, indicando as que se referem a desenvolvimento interno, as adquiridas, ou aquelas adquiridas por combinação de negócios	4	11	35	3	11	36	2	24	24	2	29	19	2	36	12	2	35	13	2	35	13
Divulgação de reduções decorrentes de ativos que tiveram perda por desvalorização	4	7	39	3	3	44	2	15	33	2	14	34	2	29	19	2	29	19	2	29	19
Distinção entre classes de ativos intangíveis	6	31	13	5	30	15	3	39	8	1	45	4	2	45	3	2	44	4	2	44	4
Para os ativos intangíveis com vida útil indefinida, apresentação do valor contábil e razões dessa classificação	49	0	1	49	0	1	44	6	0	43	6	1	26	16	8	26	16	8	26	16	8
Existência e os respectivos valores contábeis de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita	50	0	0	50	0	0	49	1	0	49	1	0	49	1	0	49	1	0	49	1	0
Divulgação do total de gastos com pesquisa e desenvolvimento como despesas do período	6	1	43	5	2	43	4	18	28	4	22	24	4	39	7	4	39	7	4	39	7

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda:

NA – Padrão não se aplica

S – Padrão observado

N – Padrão não observado

O padrão contábil que exige a indicação da existência e do respectivo valor contábil de ativos intangíveis cuja titularidade é restrita foi identificado em apenas uma entidade nos exercícios de 2008 até 2012. Trata-se de um ativo (programa) sobre o qual a empresa possui acordo com determinados fornecedores-chave, denominados parceiros, os quais detêm vantagens sobre este bem.

Como já retratado, os padrões analisados tiveram uma maior unicidade quanto ao seu atendimento a partir do ano de 2010, pela implementação da obrigatoriedade dos pressupostos do CPC 04. A interação de grande parte das empresas a essa nova normativa foi observada em especial em determinados padrões que tiveram a sua utilização a partir desse exercício, como por exemplo: divulgação de nota geral sobre os ativos intangíveis; indicação do prazo de vida útil e taxas de amortização para ativos intangíveis com vida útil definida; apresentação do método de amortização para ativos intangíveis com vida útil definida; conciliação do valor contábil no início e no final do período; e distinção entre classes de ativos intangíveis (44 observações).

Mesmo assim, constatou-se que determinados padrões contábeis exigidos para o reconhecimento dos ativos intangíveis ainda não são atendidos mesmo no ano de 2012. Como exemplo de obrigatoriedade não observada cita-se: a divulgação de reduções decorrentes de ativos que tiveram perda por desvalorização (19 casos); a distinção entre ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis (13 casos); a descrição de adições, indicando as que se referem a desenvolvimento interno, as adquiridas, ou aquelas adquiridas por combinação de negócios (13 casos); a apresentação de eventual amortização acumulada mais as perdas no valor recuperável (11 casos); e apresentação do valor contábil e razões da classificação dos ativos intangíveis com vida útil indefinida (08 casos).

5.1.2 Aderência aos Parâmetros Normativos para o Reconhecimento de Ativos Intangíveis

Com base nos dados apresentados na Tabela 1, se observam oscilações na conformidade normativa para o reconhecimento dos ativos intangíveis de acordo com os padrões do CPC 04 (2010). Houve variação entre 17% até 100% no atendimento aos requisitos, sendo que na média houve uma conformidade de 64% para a amostra.

A empresa que se destaca em nível de conformidade para o reconhecimento de ativos intangíveis é a COPEL – Companhia Paranaense de Energia, atingindo 100% de atendimento aos padrões do período 2006 a 2012. Mesmo reconhecendo bens imateriais em apenas três exercícios do período analisado, houve o cumprimento de todas as exigências.

Em contraste, a empresa CPFL Energia S.A. é aquela que apresenta o menor nível de conformidade (0,17), considerando-se as informações evidenciadas. Observa-se que esta empresa manteve o mesmo nível de conformidade em todo período, não progredindo no atendimento das exigências.

Tabela 1 – Conformidade no reconhecimento de ativos intangíveis

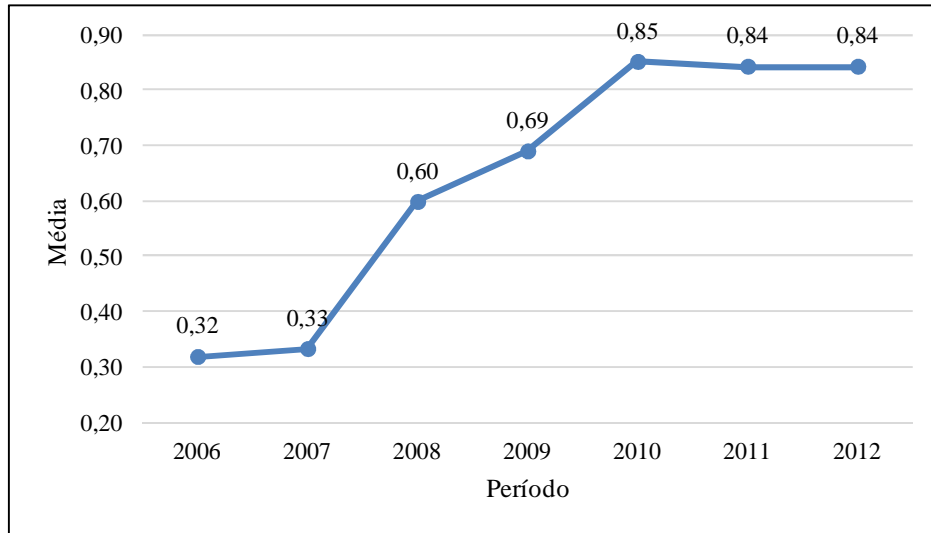
Empresas	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Média
Ambev - Cia de Bebidas das Américas	0,08	0,08	0,58	0,92	0,85	0,85	0,85	0,60
B2W - Companhia Global do Varejo	0,75	0,75	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,93
Banco Bradesco S.A.	0,75	0,67	0,92	0,92	0,92	0,92	0,92	0,86
Banco do Brasil S.A.	0,75	0,67	0,92	0,92	0,92	0,92	0,92	0,86
Banco Santander (Brasil) S.A.	0,75	0,67	0,92	0,92	0,92	0,92	0,92	0,86
BR Malls Participações S.A.	0,58	0,67	1,00	0,92	0,92	0,92	0,92	0,85
Brasil Foods S.A.	0,00	0,00	0,33	0,50	1,00	1,00	1,00	0,55
Braskem S.A.	0,58	0,58	0,58	1,00	1,00	1,00	1,00	0,82
Brookfield Incorporações S.A.	0,09	0,09	0,17	0,33	0,83	0,83	0,83	0,45
CCR S.A - Companhia de Concessões Rodoviárias	0,00	0,00	0,08	0,50	0,92	0,92	0,92	0,48
CESP - Companhia Energética de São Paulo	-	-	-	-	-	-	-	-
Cia Brasileira de Distribuição - CDB	0,08	0,17	0,75	0,83	1,00	1,00	1,00	0,69
Cielo S.A.	0,75	0,67	0,92	0,92	0,92	0,92	0,92	0,86
Companhia de Saneamento Básico de São Paulo	0,67	0,67	0,75	0,75	0,83	0,83	0,83	0,76
Companhia de Transmissão Energia Elétrica Paulista	0,00	0,00	0,00	0,18	0,36	0,36	0,36	0,18
Companhia Hering	0,17	0,25	0,25	0,25	0,69	0,69	0,69	0,43
Companhia Siderúrgica Nacional	0,08	0,08	0,75	1,00	1,00	1,00	1,00	0,70
COPEL - Companhia Paranaense de Energia	-	-	1,00	1,00	-	-	-	1,00
Cosan S.A. - Indústria e Comércio	0,36	0,55	0,55	0,58	0,58	0,17	0,17	0,42
CPFL Energia S.A.	-	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17	0,17
Cyrela Brazil Realty S.A. - Empreend. e Partic.	0,00	0,00	0,17	0,75	1,00	1,00	1,00	0,56
Diagnósticos da América Latina S.A.	0,42	0,75	0,91	0,92	1,00	1,00	1,00	0,86
Duratex S.A.	0,00	0,00	0,33	0,42	0,75	0,75	0,75	0,43
Eletropaulo Metropolitana Elet. São Paulo S.A	0,00	0,00	0,00	0,18	0,64	0,64	0,64	0,30
Embarer S.A.	0,42	0,42	0,77	0,69	0,79	0,79	0,79	0,66
Energias do Brasil S.A.	0,75	0,75	0,75	0,75	0,83	0,83	0,83	0,79
Fibria Celulose S.A.	0,00	0,00	0,50	0,58	0,75	0,75	0,75	0,48
Gafisa S.A.	0,00	0,00	0,58	0,83	0,92	0,92	0,92	0,60
Gerdau S.A.	0,92	0,92	0,92	1,00	1,00	1,00	1,00	0,96
Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.	0,17	0,25	0,83	0,92	1,00	1,00	1,00	0,74
Hypermarcas S.A.	0,33	0,33	0,50	0,58	1,00	1,00	1,00	0,68
Investimentos Itaú S.A.	0,75	0,67	0,92	0,92	0,92	0,92	0,92	0,86
JBS S.A.	0,00	0,08	0,27	0,33	0,62	0,62	0,62	0,36
Klabin S.A.	0,00	0,00	0,08	0,25	0,50	0,50	0,50	0,26
Localiza Rent. a Car. S.A.	0,08	0,08	0,42	0,42	0,85	0,85	0,85	0,51
Lojas Americanas S.A.	0,75	0,75	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,93
Lojas Renner S.A.	0,25	0,25	0,33	0,50	1,00	1,00	1,00	0,62
Marfrig Alimentos S.A.	0,08	0,08	0,83	0,91	0,85	0,85	0,85	0,64
MMX Mineração e Metálicos S.A.	0,00	0,00	0,00	0,08	0,83	0,83	0,83	0,37
MRV Engenharia e participações S.A.	0,00	0,00	0,67	0,92	1,00	1,00	1,00	0,65
Natura Cosméticos S.A.	0,17	0,50	0,58	0,67	0,77	0,77	0,77	0,60
OI S.A.	1,00	0,92	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	0,99
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	0,33	0,33	0,92	0,92	0,92	0,92	0,92	0,75
Rossi Residencial S.A.	0,33	0,33	0,92	0,92	1,00	1,00	1,00	0,79
Souza Cruz S.A	0,00	0,00	0,58	0,58	0,54	0,54	0,54	0,40
Suzano Papel e Celulose S.A.	0,15	0,31	0,85	0,92	0,92	0,92	0,92	0,71
Telefônica Brasil S.A.	0,67	0,67	0,75	0,75	0,83	0,83	0,83	0,76
Usinas Sid. de Minas Gerais - Usiminas	0,08	0,08	0,50	0,67	0,92	0,92	0,92	0,58
Vale S.A.	0,58	0,58	0,58	0,58	0,92	0,92	0,92	0,73
Vanguarda Agro S.A.	0,25	0,17	0,17	0,17	0,92	0,92	0,92	0,50

Fonte: Dados da pesquisa.

No Gráfico 3, pode-se observar a conformidade das empresas da amostra quanto aos requisitos obrigatórios para o reconhecimento dos ativos intangíveis, de maneira geral. Estes

dados baseiam-se nas evidenciações constantes nas demonstrações contábeis que tratam desse assunto.

Gráfico 3 – Média geral de conformidade por ano



Fonte: Dados da pesquisa.

A média geral da conformidade para o reconhecimento dos ativos intangíveis foi de 64% no período compreendido entre 2006 a 2012. Muito embora este índice seja considerado como não satisfatório, revela-se um crescimento e uma tendência de estabilização nesta conformidade após o ano de 2010, que se situa acima 80%.

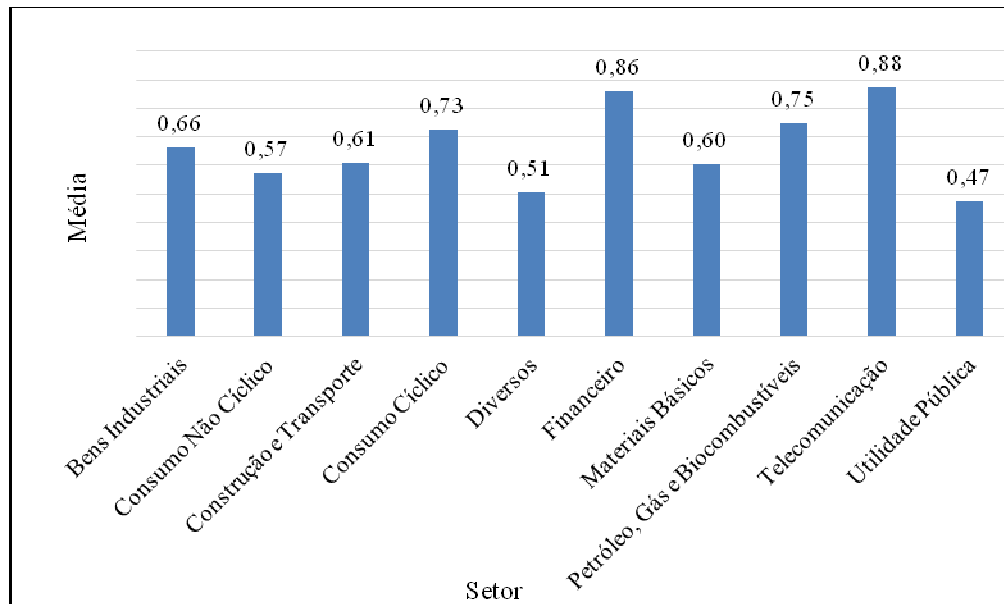
Os anos iniciais analisados (2006 e 2007) apresentam um percentual muito baixo de atendimento aos requisitos legais, com índices próximos a 30%. Entre 2008 e 2009, anos caracterizados pela convergência brasileira às normas internacionais de contabilidade, registrou-se uma considerável elevação na conformidade do reconhecimento dos intangíveis, atingindo 60% e 69%, respectivamente.

O período posterior a 2009 registra novamente uma elevação, principalmente pelo fato de que em 2010 há a obrigatoriedade das empresas atenderem aos requisitos do CPC 04, que trata especificamente dos bens intangíveis. A conformidade normativa nos procedimentos adotados pelas empresas para o reconhecimento desses elementos passou de 69% em 2009 para 85% em 2010, sendo que nos anos seguintes (2011 e 2012) os percentuais mantiveram-se praticamente estáveis.

De modo geral, infere-se que a vigência das disposições constantes no CPC 04, a partir do exercício de 2010, foi fator determinante para o aumento da conformidade das empresas pesquisadas. Esse resultado demonstra que a adesão às novas configurações das regras normativas relacionadas aos ativos intangíveis proporcionou reflexos positivos para as entidades.

Dentre as empresas da amostra, aquelas pertencentes aos setores de Telecomunicações e Financeiro são as que apresentam maiores índices de atendimento aos padrões pesquisados, conforme se destaca no Gráfico 4. Respectivamente, identificou-se 88% e 86% de conformidade aos requisitos legais nestes setores, entre o período de 2006 a 2012.

Gráfico 4 – Média geral de conformidade por setor de atuação



Fonte: Dados da pesquisa.

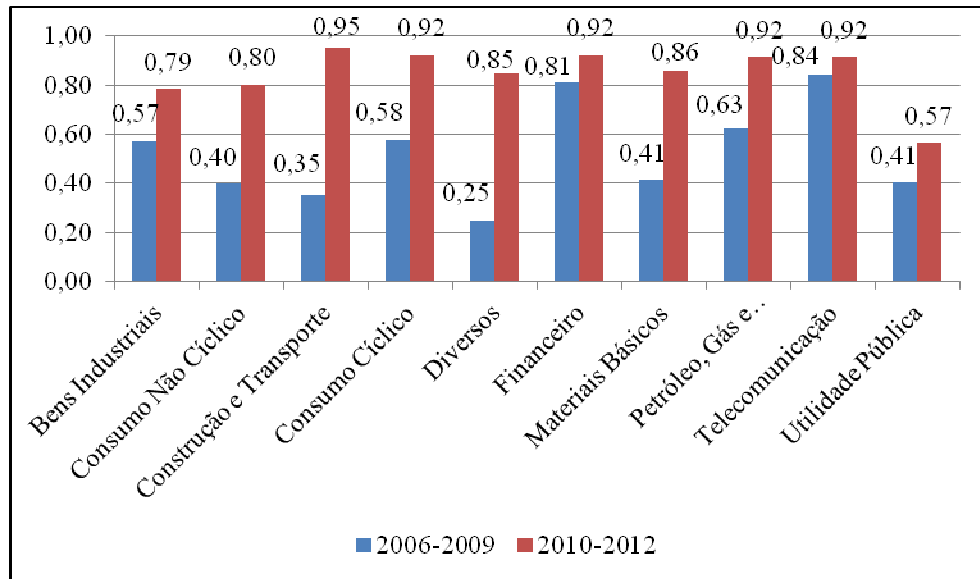
Diferenciadamente, as entidades representativas do setor de Utilidade Pública são as que apresentam, na média, a menor conformidade aos padrões exigidos para o reconhecimento dos ativos intangíveis. Observou-se neste setor, a aplicabilidade de 47% dos padrões obrigatórios para este procedimento.

A institucionalização dos parâmetros normativos para o reconhecimento dos ativos intangíveis evoluiu positivamente em cada setor analisado. Conforme se observa no Gráfico 5, o período de 2010-2012 apresenta índices de conformidade relativamente superiores aos identificados entre 2006-2009 em todas as áreas.

A vigência do CPC 04 (2010) pode ser reconhecida como fator determinante para a qualificação dos procedimentos adotados. O setor de construção e transporte apresentou a maior elevação comparando-se os dois períodos analisados. Entre 2006 e 2009, apresentou índice de conformidade médio de 35%, passando para 95% entre 2010 e 2012.

O setor financeiro e de telecomunicações apresentaram as menores variações de conformidade entre os dois períodos. Respectivamente, estes setores observaram 81% e 84% dos itens obrigatórios para o reconhecimento dos intangíveis entre 2006-2009, passando a atender 92% dos critérios no período de 2010-2012.

Gráfico 5 – Média da conformidade antes e após a vigência do CPC 04 por setor de atuação



Fonte: Dados da pesquisa.

Considerando a presença de padrões normativos vigentes, as evidências observadas para o reconhecimento contábil de ativos intangíveis referendam os pressupostos da teoria institucional. As empresas estão condicionadas à matriz institucional da IAS 38 e a mudança provocada pela adoção desta normativa foi observada diferenciadamente em cada uma.

Mesmo se observando uma grande variação nos índices de conformidade aos padrões contábeis na amostra, os resultados indicam que em geral as empresas buscaram se adaptar as novas configurações do ambiente institucional. Os exercícios após 2008 revelam a escolha pela nova norma. Os anos de 2010 a 2012 além de apresentarem os maiores índices, demonstram certa estabilidade nesta conformidade.

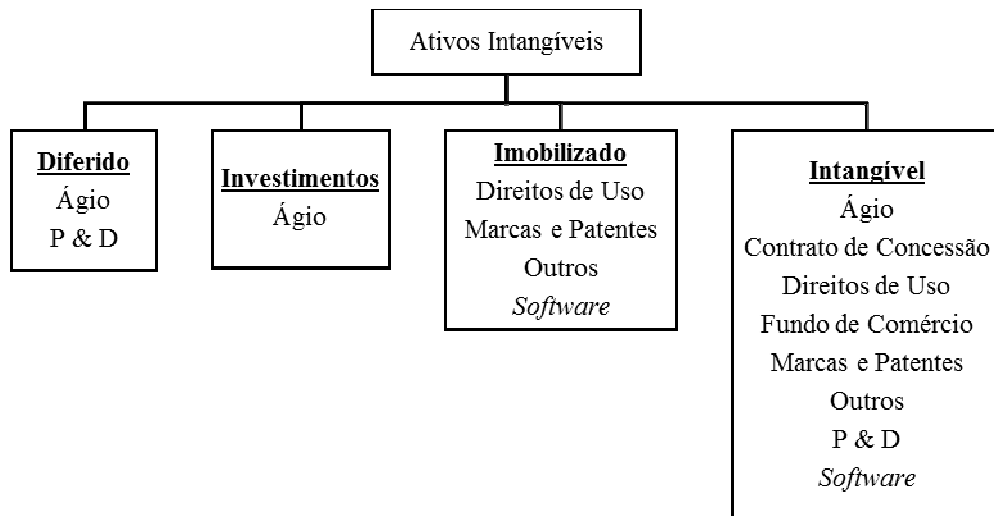
A normatização formal dada para o reconhecimento dos ativos intangíveis estabelece um padrão de legitimidade para as empresas. Sendo assim, nos casos em que não há a incorporação desta regra, as empresas podem estar assumindo o risco de enfrentar possíveis conflitos que podem resultar na perda da sua qualidade econômica.

Em se considerando que a normativa contábil em debate é reconhecida como uma instituição e como tal assume o *status* de regra do jogo, as suas orientações permitem uma harmonia à prática do reconhecimento contábil dos ativos intangíveis. Observa-se, porém, que mesmo que a sua presença seja considerada condicionante do comportamento dos atores envolvidos neste procedimento, há a manutenção de regras anteriores em alguns casos, o que demonstra a resistência das empresas em aderir à uma nova configuração institucional.

5.2 CATEGORIAS DE ATIVOS INTANGÍVEIS RECONHECIDOS

A mudança institucional proposta pela convergência às normas internacionais de contabilidade quanto aos procedimentos para o reconhecimento de ativos intangíveis refletiu nas categorias evidenciadas pelas entidades. No ano de 2006 as contas de ativos intangíveis estavam classificadas em quatro grupos diferenciados do balanço patrimonial das empresas em estudo: diferido, investimentos, imobilizado e intangível, conforme descrição da Figura 2.

Figura 2 – Categorias de ativos intangíveis reconhecidos no ano de 2006



Fonte: Dados da pesquisa.

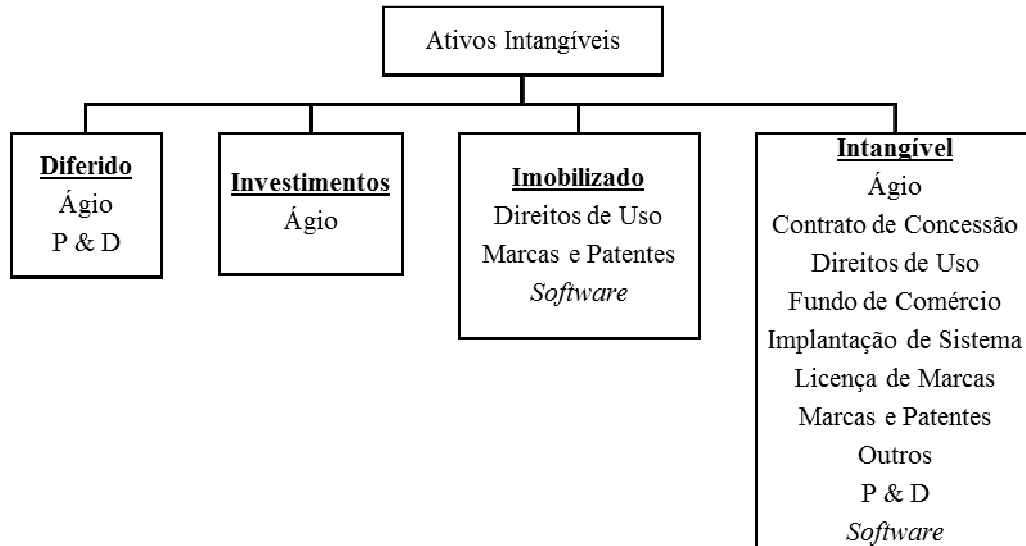
Dentre as contas identificadas neste ano, observa-se a ocorrência do “ágio” em três distintos grupos (diferido, investimentos e intangível), da mesma forma que a categoria *software* classificada igualmente no imobilizado e no intangível. Esses achados ressaltam a falta de unicidade do tratamento aplicado ao reconhecimento dos ativos intangíveis no início do período.

Da mesma forma que em 2006, no ano de 2007 as categorias de intangíveis foram classificadas em diferentes grupos do ativo, conforme a Figura 3. Basicamente, neste ano a qualificação das contas permaneceu a mesma do primeiro ano, com exceção do reconhecimento de duas contas diferenciadas no grupo do intangível: implantação de sistemas e licenças de marcas.

O ano de 2008, que marca a convergência do Brasil às normas internacionais de contabilidade pela vigência da Lei nº 11.638/2007, apresentou pequenas alterações na forma adotada para a classificação das contas intangíveis, comparando-se aos anos anteriores. A partir desse exercício, conforme prevê esta lei, os ativos intangíveis deveriam ser alocados

exclusivamente no subgrupo intangível dentro do ativo não circulante. As práticas adotadas neste aspecto, refletem a falta de aderência das empresas à este requisito normativo.

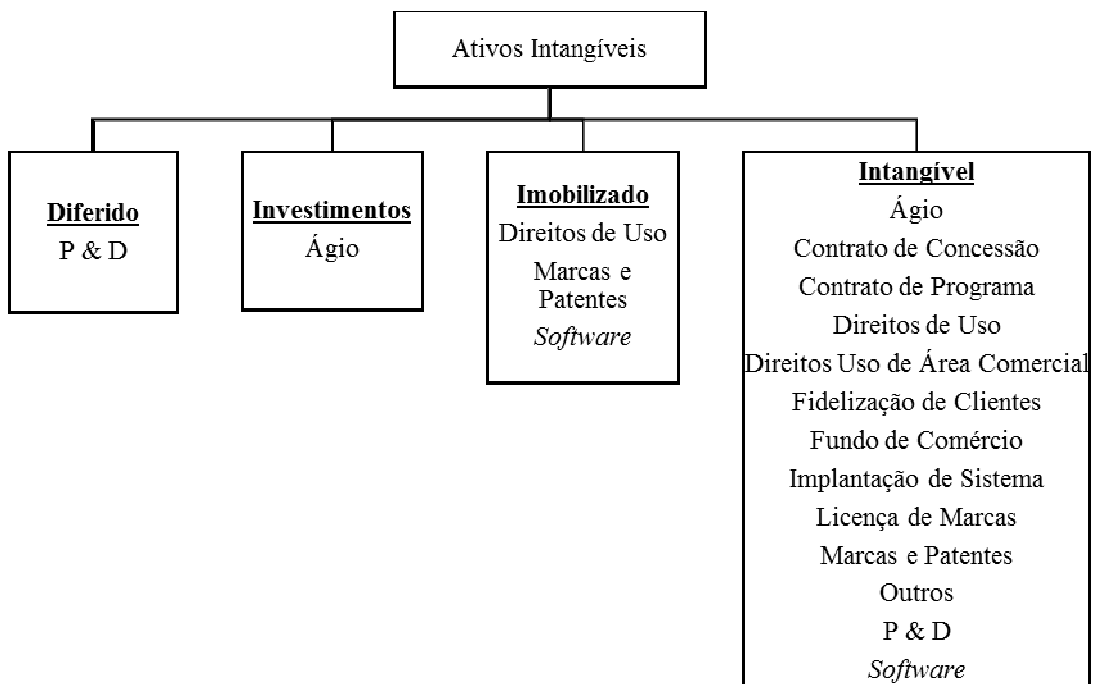
Figura 3 – Categorias de ativos intangíveis reconhecidos no ano de 2007



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se, porém, que em 2008 há um pequeno incremento na qualificação das categorias reconhecidas no subgrupo do intangível, conforme a Figura 4. Neste ano, identificou-se a presença das contas contrato de programa, direitos de uso de área comercial e fidelização de clientes, que até então não haviam sido reconhecidas pelas entidades.

Figura 4 – Categorias de ativos intangíveis reconhecidos no ano de 2008



Fonte: Dados da pesquisa.

No ano de 2009 as categorias reconhecidas estavam subdivididas ainda em diferentes subgrupos do ativo (investimentos, imobilizado e intangível). Neste ano, pela vigência da MP 449/2009, o diferido deixou de integrar o ativo das entidades sendo que as empresas que classificam bens neste grupo deveriam fazer a devida reclassificação, requisito atendido nas entidades formadoras da amostra.

Em referência ao ano de 2009, as categorias reconhecidas no grupo investimentos e imobilizado são respectivamente, *ágio* e *software*. Esta classificação, contudo, foi prática adotada em uma única empresa, sendo que as demais reclassificaram todos seus bens imateriais para o intangível.

A Tabela 2 contempla as diferentes contas reconhecidas no período compreendido entre 2010 a 2012 e a quantificação de sua incidência. No universo das categorias intangíveis identificadas neste período, observa-se a maior ocorrência de reconhecimento nas contas de *ágio* e *software*. As contas denominadas como acordo de não competição e aquisição de participação foram reconhecidas em apenas um período, respectivamente, em 2012 e 2010.

Tabela 2 – Categorias de ativos intangíveis reconhecidas no período 2010 a 2012

Categorias de Intangíveis Reconhecidas	Ocorrências		
	2010	2011	2012
Acordo de Não Competição	-	-	1
Ágio	26	18	23
Aquisição de Participação	1	-	-
Contrato de Concessão	7	6	8
Contrato de Distribuição	1	2	1
Contrato de Programa	1	1	1
Créditos de Carbono	2	1	1
Direitos de Uso	11	6	11
Direitos de Uso de Área Comercial	1	2	2
Exclusividade de Clientes	2	1	2
Fidelização de Clientes	3	7	10
Fundo de Comércio	3	2	2
Implantação de Sistema	2	2	3
Licença de Marcas	2	1	4
Marcas e Patentes	12	11	15
Outros	13	8	11
P & D	11	13	14
Relacionamento com Fornecedores	2	2	3
<i>Software</i>	29	23	31

Fonte: Dados da pesquisa.

De maneira geral, pode-se afirmar que o período posterior à convergência às normas internacionais de contabilidade (2008 a 2012) é caracterizado pelo aumento das categorias de intangíveis reconhecidas. Este achado reforça a ideia de que a IAS 38 provocou mudanças

consideráveis nas práticas adotadas pelas entidades brasileiras com relação a esses elementos, mesmo antes da vigência do CPC 04 (2010).

Com a presença da normativa IAS 38 observa-se uma crescente unificação das práticas de classificação dos ativos intangíveis no balanço patrimonial. Esta evidência expressa a capacidade desta instituição em minimizar a problemática da harmonização contábil para este procedimento.

Comprova-se ainda, que a nova matriz institucional que parametriza o reconhecimento dos ativos intangíveis refletiu em oportunidades e incentivos para as empresas da amostra. Exemplo dessa situação é a contabilização de novas categorias de intangíveis (exclusividade de clientes, créditos de carbono e relacionamentos com clientes) que até então não tinham amparo legal para o seu reconhecimento.

5.3 VALORES ATRIBUIDOS AOS ATIVOS INTANGÍVEIS

Considerando que a vigência do CPC 04 no âmbito brasileiro ocorreu a partir do ano de 2010, identificou-se os valores atribuídos às contas intangíveis antes e após este exercício. Observando que o período deste estudo é compreendido entre 2006 e 2012, primeiramente verificaram-se os valores reconhecidos entre 2006 a 2009 e em seguida aqueles contabilizados entre 2010 a 2012 em relação ao total do ativo, por meio da estatística descritiva.

Tabela 3 – Estatística descritiva dos índices de ativos intangíveis reconhecidos nos dois períodos analisados

Estatística Descritiva	IAI_AT 06/09	IAI_AT 10/12
Média	0,0569	0,1038
Erro padrão	0,0074	0,0148
Mediana	0,0204	0,0176
Modo	0,0000	0,0000
Desvio padrão	0,1043	0,1815
Variância da amostra	0,0109	0,0329
Curtose	18,4395	4,1423
Assimetria	3,9965	2,2458
Intervalo	0,6929	0,8038
Mínimo	0,0000	0,0000
Máximo	0,6929	0,8038
Soma	11,3860	15,5688
Contagem	200	150
Nível de confiança (95,0%)	0,0145	0,0293

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com os dados da Tabela 3, se observa que a média de ativos intangíveis reconhecidos de 2006 a 2009 era de 5,69% (0,0569) em relação ao ativo total da amostra. O período de 2010 a 2012 diferencia-se do anterior, pois os valores reconhecidos para estes elementos representaram 10,38% (0,1038) do ativo total, evidenciando um significativo incremento nos valores contabilizados.

Segundo os dados estatísticos, mesmo havendo menor número de observações (casos de reconhecimento) no segundo período, o somatório dos valores contabilizados como bens intangíveis apresentou crescimento. No período inicial (2006 a 2009) a soma dos índices de intangíveis era de 11,38, passando a 15,56 de 2010 a 2012.

O desvio padrão resultante desta análise evidencia a variabilidade entre os dados apresentados nos dois períodos. Entre 2010 e 2012 se observa uma maior dispersão no que se refere aos valores reconhecidos como ativos intangíveis, demonstrando dessa forma um aumento da representatividade desses elementos em comparação ao ativo total das empresas.

Para avaliar se as diferenças de médias identificadas nos índices de ativos intangíveis reconhecidos pelas empresas antes e após a vigência do CPC 04 (2010) são estatisticamente significativas, os dados obtidos foram analisados por meio da análise de variância entre as médias (Anova – Fator Único). Na Tabela 4 estão dispostos os resultados deste teste para a amostra em estudo.

Tabela 4 – Comparação entre valores médios reconhecidos como ativos intangíveis

Anova: fator único							
Grupo	Contagem	Soma	Média	Variância	F	valor-P	F crítico
IAI_AT 06/09	200	11,3860	0,0569	0,0109	9,2601	0,0025	3,8683
IAI_AT 10/12	150	15,5688	0,1038	0,0329			

Fonte: Dados da pesquisa.

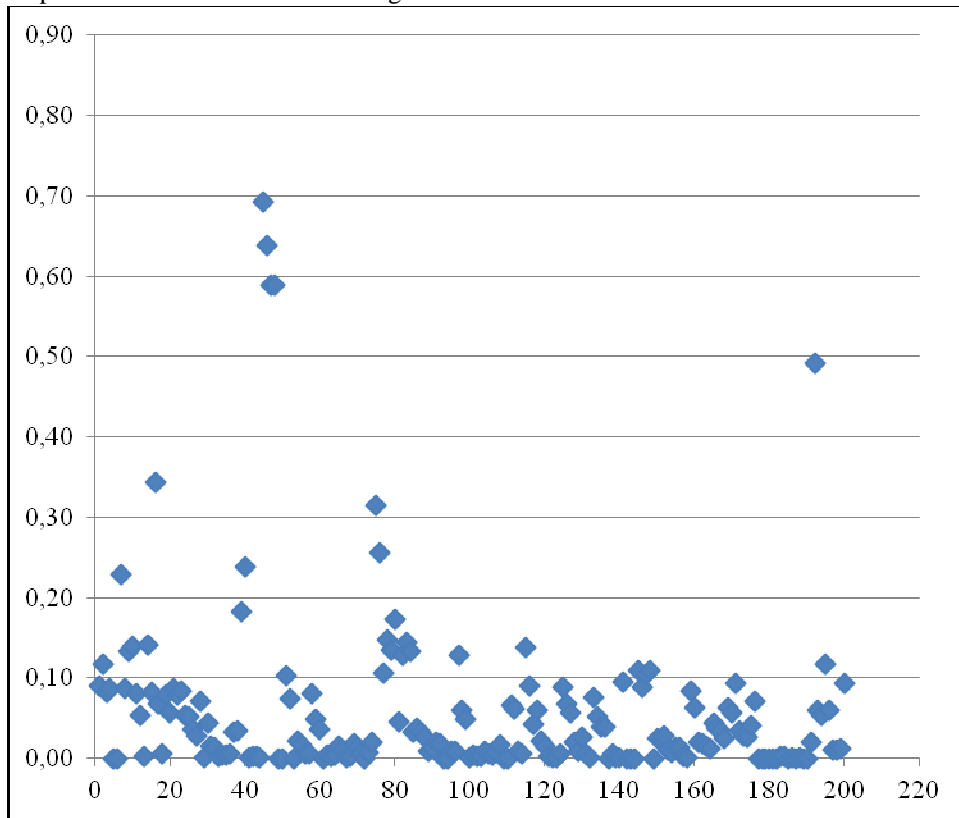
De acordo com as informações obtidas no teste realizado, pode-se afirmar que a diferença encontrada entre os dois períodos é estatisticamente significativa. Esta significância é referendada pelo “F” estatístico apresentar-se superior ao “F” crítico, considerando o intervalo de confiança de 95% utilizado (significância de 0,05).

Adicionalmente, o valor-P de 0,0025 revela que há mais de 99% de probabilidade das médias serem realmente diferentes. Este valor aponta que a diferença é significativa num intervalo de confiança inclusive superior a 99%.

Em resumo, no período de 2010 a 2012, que coincide com a adoção obrigatória do CPC 04 que regula o tratamento contábil do intangível, a média de reconhecimento do mesmo, na amostra pesquisada, tornou-se bem superior do que no período antecedente. O

índice médio de ativos intangíveis neste período final é 82% superior ao do período de 2006 a 2009.

Gráfico 6 – Representatividade dos ativos intangíveis entre 2006 e 2009



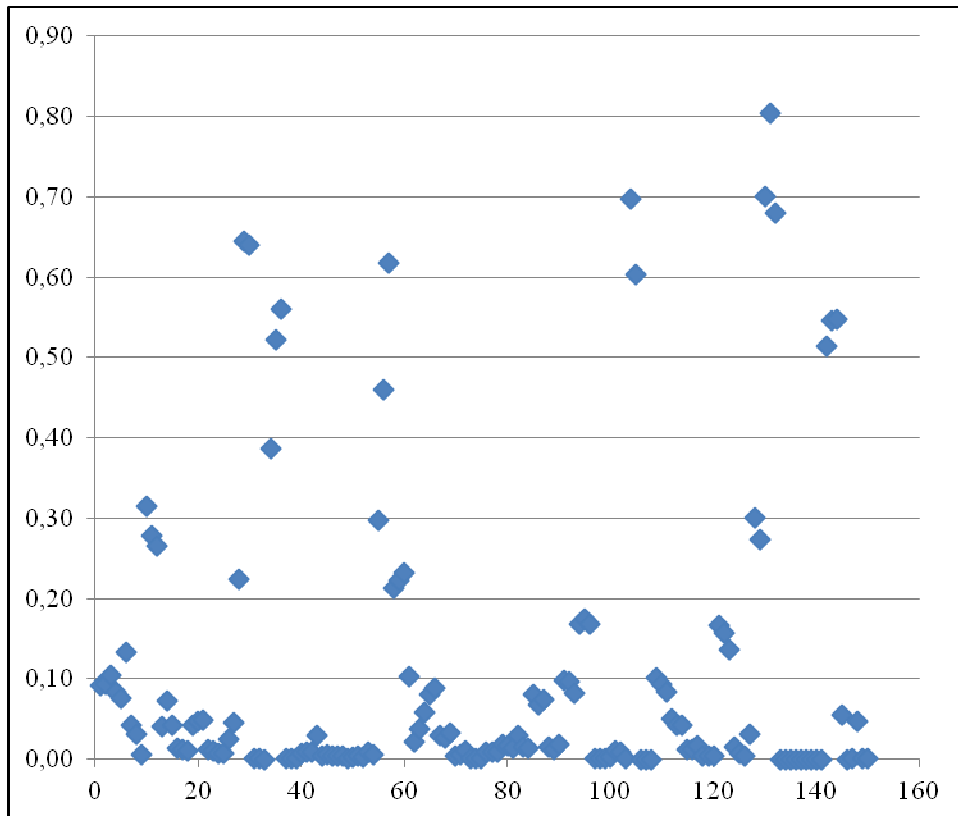
Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme já retratado, os valores médios reconhecidos como intangíveis apresentaram crescimento no período em estudo. Em referência a representatividade absoluta desses elementos em relação ao ativo total, os Gráficos 6 e 7 ilustram a concentração média dessa representação para a amostra.

Entre os anos de 2006 e 2009, os níveis dos valores reconhecidos estavam concentrados em sua maioria até 10% do ativo das empresas. Neste espaço de tempo haviam poucas ocorrências de índices superiores a 20%, sendo que em apenas cinco casos os intangíveis caracterizavam mais de 40% do ativo das empresas.

Em contraste ao período inicial, verifica-se uma maior dispersão dessa representatividade entre 2010 e 2012. Neste segundo período embora ainda ocorra a maior concentração de intangíveis com valores próximos a 10%, há uma maior incidência de empresas para as quais os bens intangíveis representam acima de 20% do seu ativo. Neste segundo período verifica-se elevação nos casos de empresas em que essa representatividade fica em torno de 60% e 80% do ativo total.

Gráfico 7 – Representatividade dos ativos intangíveis entre 2010 e 2012



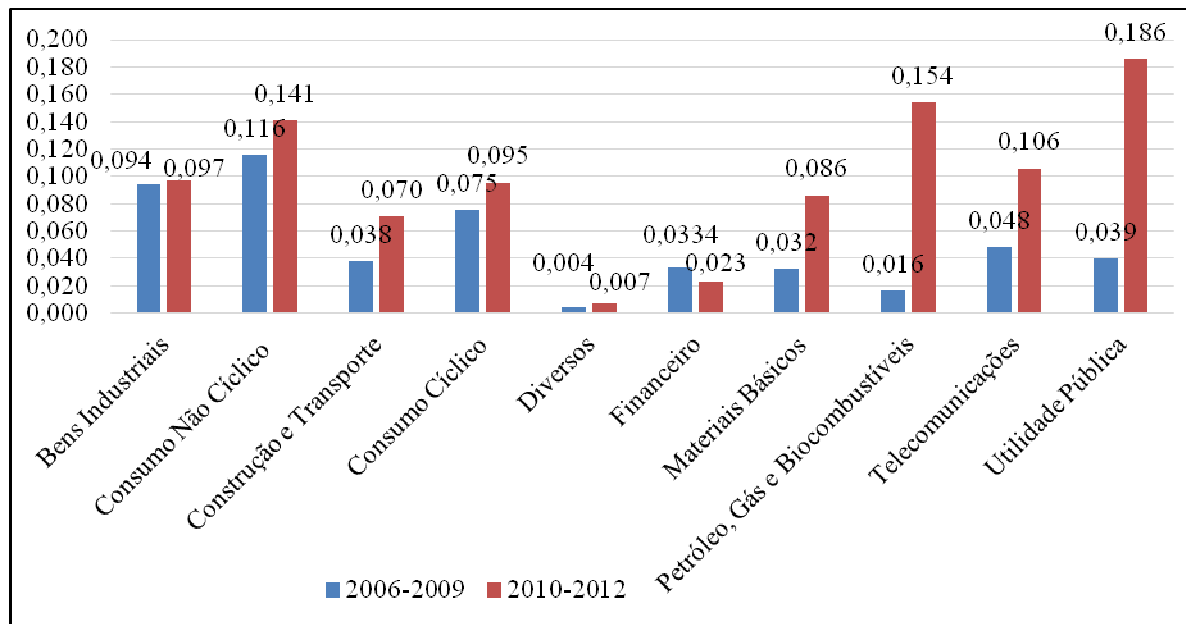
Fonte: Dados da pesquisa.

Em uma análise das empresas segundo sua área de atuação, observa-se que apenas um setor não teve aumento dos valores dos ativos intangíveis reconhecidos entre 2006-2009 e 2010-2012. Conforme dados do Gráfico 8, o setor financeiro apresentou valores médios de 3% entre 2006 e 2009 e de 2% entre 2010 e 2012, representando um decréscimo nos valores reconhecidos.

Nos demais setores ocorreram aumentos nos valores absolutos reconhecidos, sendo que as empresas de Utilidade Pública foram as que se destacaram quanto à diferença de média. Neste setor, no período compreendido entre 2006 e 2009 os intangíveis representavam em torno de 4% do ativo total das empresas, passando no período posterior a alcançar uma representatividade de 18%.

De modo a confirmar se as diferenças de médias identificadas nos diferentes setores entre os dois períodos – 2006 a 2009 e 2010 a 2012 – são estatisticamente significantes, aplicou-se a análise de variância entre as médias (Anova – Fator Único). Os resultados desta análise revelam que as diferenças entre as médias não são significantes nos setores de bens industriais, não cíclico, construção e transporte, cíclico, diversos, financeiro e telecomunicações, conforme dados da Tabela 5 e Tabela 6.

Gráfico 8 – Médias de ativos intangíveis reconhecidos antes e após a vigência do CPC 04 por setor de atuação



Fonte: Dados da pesquisa.

Embora não se tenha comprovado a significância das diferenças de médias por meio do teste aplicado, observa-se uma tendência de aumento nos valores reconhecidos como intangíveis nas empresas desses setores, exceto para aquelas do setor financeiro.

Tabela 5 – Setores que não apresentaram diferenças significativas de médias nos valores reconhecidos como intangíveis

Anova: fator único							
Setor de Atuação: Bens Industriais							
Grupo	Contagem	Soma	Média	Variância	F	valor-P	F crítico
IAI_AT 06/09	4	0,3766	0,0941	0,0002	0,0698	0,8022	6,6079
IAI_AT 10/12	3	0,2903	0,0968	0,0000			
Setor de Atuação: Não Cíclico							
Grupo	Contagem	Soma	Média	Variância	F	valor-P	F crítico
IAI_AT 06/09	44	5,0840	0,1155	0,0323	0,3430	0,5599	3,9685
IAI_AT 10/12	33	4,6487	0,1409	0,0393			
Setor de Atuação: Diversos							
Grupo	Contagem	Soma	Média	Variância	F	valor-P	F crítico
IAI_AT 06/09	4	0,0180	0,0045	0,0000	0,6244	0,4652	6,6079
IAI_AT 10/12	3	0,0216	0,0072	0,0000			
Setor de Atuação: Cíclico							
Grupo	Contagem	Soma	Média	Variância	F	valor-P	F crítico
IAI_AT 06/09	16	1,2035	0,0752	0,0035	0,5813	0,4527	4,2252
IAI_AT 10/12	12	1,1454	0,0954	0,0066			

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme se observa na Tabela 5, o teste de variância entre as médias (Anova – Fator Único) revela que os níveis de intangíveis reconhecidos não são diferenciados entre os dois períodos analisados. Esta constatação se confirma pois o “F” calculado é inferior ao “F” crítico nestes casos, evidenciando que em um intervalo de confiança de 95% não se pode afirmar que as médias de reconhecimento de intangíveis sejam diferentes.

Pelo valor-P atribuído aos setores de bens industriais (0,8022), não cíclico (0,5599), diversos (0,4652) e cíclico (0,4527), reforça-se a possibilidade das médias não serem estatisticamente diferentes. Em resumo, nestes casos a probabilidade de não haver diferenças significativas entre as médias é de 80%, 55%, 46% e 45%, respectivamente para cada um dos setores citados.

Conforme apresentado na Tabela 6, nos setores de construção e transporte, financeiro e de telecomunicações, embora o “F” calculado se apresentar inferior ao “F” crítico, o que indica uma maior probabilidade de igualdade entre as médias identificadas nos dois períodos, observam-se valores relevantes no valor-P. No setor de construção e transporte, o valor-P igual a 0,3725 indica uma probabilidade em torno de 63% de chances das médias serem diferentes, em um intervalo de confiança de 95%.

No caso das empresas do setor financeiro e de telecomunicações, observa-se um valor-P de 0,3243 e 0,2758, respectivamente. Nestas situações, considerando um intervalo de confiança de 95% (significância de 0,05), constata-se que há uma probabilidade de 68% e 72% dessas médias serem diferenciadas, embora refutada a possibilidade de haver diferenças entre as médias de intangíveis reconhecidos, pelos valores resultantes em “F” calculado e “F” crítico.

Tabela 6 – Setores que apresentaram probabilidade de igualdade de médias nos valores reconhecidos como intangíveis

Anova: fator único							
Setor de Atuação: Construção e Transporte							
Grupo	Contagem	Soma	Média	Variância	F	valor-P	F crítico
IAI_AT 06/09	28	1,0652	0,0380	0,0056	0,8106	0,3725	4,0471
IAI_AT 10/12	21	1,4795	0,0705	0,0289			
Setor de Atuação: Financeiro							
Grupo	Contagem	Soma	Média	Variância	F	valor-P	F crítico
IAI_AT 06/09	24	0,8027	0,0334	0,0016	0,9958	0,3243	4,0847
IAI_AT 10/12	18	0,4078	0,0227	0,0006			
Setor de Atuação: Telecomunicações							
Grupo	Contagem	Soma	Média	Variância	F	valor-P	F crítico
IAI_AT 06/09	8	0,3875	0,0484	0,0005	1,3038	0,2758	4,7472
IAI_AT 10/12	6	0,6335	0,1056	0,0199			

Fonte: Dados da pesquisa.

No caso dos setores de materiais básicos, utilidade pública e petróleo, gás e biocombustíveis, o teste de variância entre as médias (Anova – Fator Único) revela que os níveis de ativos intangíveis reconhecidos são significativamente diferenciados entre os dois períodos analisados (2006-2009 e 2010-2012), conforme se apresenta na Tabela 7.

Tabela 7 – Setores que apresentaram significativa diferença de médias nos valores reconhecidos como intangíveis

Anova: fator único							
Setor de Atuação: Materiais Básicos							
Grupo	Contagem	Soma	Média	Variância	F	valor-P	F crítico
IAI_AT 06/09	40	1,2788	0,0320	0,0013	4,1321	0,0460	3,9819
IAI_AT 10/12	30	2,5823	0,0861	0,0267			
Setor de Atuação: Utilidade Pública							
Grupo	Contagem	Soma	Média	Variância	F	valor-P	F crítico
IAI_AT 06/09	28	1,1053	0,0395	0,0089	6,0734	0,0174	4,0471
IAI_AT 10/12	21	3,8984	0,1856	0,0872			
Setor de Atuação: Petróleo, Gás e Biocombustíveis							
Grupo	Contagem	Soma	Média	Variância	F	valor-P	F crítico
IAI_AT 06/09	4	0,0644	0,0161	0,0000	316,6676	0,0000	6,6079
IAI_AT 10/12	3	0,4614	0,1538	0,0002			

Fonte: Dados da pesquisa.

No setor de materiais básicos, a análise de variância apresentou o “F” calculado de 4,1321, superior ao “F” crítico de 3,9819, o que indica, em um intervalo de confiança de 95%, que há praticamente 95% de probabilidade destas médias serem diferentes, como aponta o P-valor de 0,0460.

As empresas do setor de utilidade pública, como já retratado anteriormente, foram as que apresentaram maior elevação no valor intangível reconhecido. O teste de variância de médias (Anova – Fator Único) reforça esta constatação pois revela que ocorre significativa diferença entre as médias encontradas nos dois períodos analisados. Os resultados deste setor evidenciaram um “F” calculado de 6,0734 e um “F” crítico de 4,0471. Considerando-se o valor-P de 0,0174, afirma-se que a probabilidade das médias serem estatisticamente diferentes encontra-se acima de 98% para um intervalo de confiança de 95%.

No caso do setor de petróleo, gás e biocombustíveis, mesmo este sendo composto por apenas uma empresa da amostra, também se constata significativa diferença entre as médias encontradas nos dois períodos analisados, pois o “F” calculado foi de 316,6676 e o “F” crítico de 6,6079. Esta constatação é referendada por meio da expressão do valor-P (0,0000), a qual demonstra que há menos de 1% de possibilidade das médias desta área serem iguais.

5.3.1 Efeitos da Valoração de Ativos Intangíveis

A institucionalização de novas práticas para o reconhecimento de ativos intangíveis, reflexo da mudança ocorrida na matriz institucional que tangencia este processo contábil, trouxe novas configurações tanto nas categorias de intangíveis contabilizados como nos valores atribuídos a estes elementos. Com relação a amostra em análise, observam-se determinadas situações em que a valoração ou não desses ativos se destaca.

Conforme descrito anteriormente (seção 5.3), os valores médios reconhecidos como intangíveis para a amostra em estudo apresentaram uma grande elevação, especialmente após o ano de 2010. Embora esta constatação, há ocorrências de empresas que não reconheceram bens intangíveis no período analisado, conforme dados do Quadro 11.

No ano de 2006, 11 empresas não reconheceram bens intangíveis, sendo o ano com maior incidência dessa situação. Este fato foi observado nos setores de construção e transporte, consumo não cíclico, diversos, financeiro, materiais básicos e utilidade pública.

O setor de utilidade pública se diferencia dos demais quanto ao não reconhecimento desses elementos pois observa-se que empresas dessa área de atuação não contabilizaram intangíveis em um maior número de exercícios, o que é o caso da CESP, COPEL e CPFL.

Quadro 11 – Empresas que não reconheceram ativos intangíveis no período

Empresa	Ano	Setor
Brookfield Incorporações S.A.	2006; 2007	Construção e Transporte
Cyrela Brazil Realty S.A.	2006	Construção e Transporte
MRV Engenharia e Participações S.A.	2006	Construção e Transporte
Brasil Foods S.A.	2006; 2007	Consumo Não Cíclico
Localiza Rent. a Car. S.A.	2006; 2007	Diversos
Investimentos Itaú S.A.	2006; 2007	Financeiro
Gerdau S.A.	2006	Materiais Básicos
Vale S.A.	2008; 2009	Materiais Básicos
CESP - Companhia Energética de São Paulo	2006 à 2012	Utilidade Pública
COPEL - Companhia de Energia Paranaense	2006; 2007; 2010; 2011; 2012	Utilidade Pública
CPFL Energia S.A.	2006; 2010; 2011; 2012	Utilidade Pública
Eletropaulo Metropolitana Elétrica São Paulo	2006; 2007	Utilidade Pública

Fonte: Dados da pesquisa.

As empresas do setor de utilidade pública apresentaram os menores índices de aderência aos padrões contábeis exigidos pelo CPC 04 (2010) para o reconhecimento dos ativos intangíveis – na média, a conformidade normativa identificada foi de 47% – em comparação aos demais setores analisados. Em contradição a esta constatação, observa-se nesta área de atuação os maiores valores reconhecidos em bens intangíveis frente ao ativo total das entidades.

Pelo fato desse setor de atuação ser formado por entidades prestadoras de serviços de saneamento básico, água e energia, os ativos intangíveis reconhecidos estão relacionados a concessão que estas entidades possuem de explorar um serviço público. A categoria intangível que se destaca nestes casos é o “contrato de concessão”, reconhecida a partir de cláusulas contratuais estabelecidas entre as empresas e órgãos públicos reguladores.

Tabela 8 – Exemplificação da representatividade do contrato de concessão

Empresa	Ano	Ativo Intangível (em mil.)	Contrato de Concessão (em mil.)	Representatividade (Contrato / Ativo Intangível)
Companhia de Saneamento Básico de São Paulo	2006	495.118	495.118	100%
	2007	507.789	507.789	100%
	2008	815.416	759.363	93,12%
	2009	1.545.303	1.535.738	99,38%
	2010	18.530.294	18.522.357	99,95%
	2011	20.109.244	20.106.928	99,98%
	2012	18.016.526	18.013.880	99,98%
Companhia de Transmissão de Energia Elétrica de São Paulo	2006	57.505	57.505	100%
	2007	57.600	57.600	100%
	2008	67.942	67.942	100%
	2009	576.992	576.992	100%
	2010	541.491	541.491	100%
	2011	8.946	8.946	100%
	2012	10.974	10.974	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Embora a presença de valores altamente representativos nesta categoria, apenas duas empresas reconheceram os contratos de concessões como bens intangíveis em todos os anos analisados. Nestes casos, os valores atribuídos à esta categoria representam até 100% do valor total do grupo intangível, conforme descrito na Tabela 8.

Em três empresas houve o reconhecimento desta categoria, mas não em todos os anos estudados, conforme dados apresentados na Tabela 9. Contudo, os valores contabilizados nestes anos também evidenciam uma grande representatividade perante o total dos ativos intangíveis.

Tabela 9 – Reconhecimento do contrato de concessão no período

Empresa	Ano	Ativo Intangível (em mil.)	Contrato de Concessão (em mil.)	Representatividade (Contrato / Ativo Intangível)
COPEL	2008	20.552	20.552	100%
	2009	19.798	19.798	100%
Eletropaulo	2009	5.837.094	5.837.094	100%
	2010	5.853.003	5.853.003	100%
	2011	5.873.314	5.873.314	100%
	2012	5.757.202	5.757.202	100%
Energias do Brasil	2008	284.561	283.965	99,79%
	2009	267.102	266.422	99,74%

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se, porém, que duas entidades desse setor deixaram de valorar os seus contratos de concessões como um bem intangível: CESP – Companhia Energética de São Paulo e CPFL Energia. No caso da CESP, os direitos sobre a concessão estão contabilizados de forma agrupada no ativo imobilizado.

Conforme o ICPC 01 (2011), as empresas que operam com serviços concessionados utilizam uma infraestrutura física que não pode ser contabilizada como imobilizado, pois a) o concedente controla quais serviços o operador pode fornecer utilizando-se da infraestrutura; e b) o concedente controla a infraestrutura, ou seja, no final da concessão ela retorna ao concedente. Sendo assim, somente podem ser reconhecidos contabilmente como ativos intangíveis os direitos assegurados sobre a exploração desta infraestrutura.

A possibilidade de reconhecer a concessão de um serviço público como ativo intangível é viável e está amparada na normatização contábil vigente (ICPC 01, 2011). Assim como qualquer ativo, este reconhecimento é possível quando: a) há o pleno controle sobre o bem pela empresa; b) a mensuração do seu custo seja plenamente confiável; e c) há probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros.

As empresas que efetuaram o reconhecimento da concessão como um bem intangível observaram os seguintes critérios legais:

- a) Identificação como intangível: resultante dos direitos advindos das cláusulas contratuais firmadas com as entidades concedentes, neste caso órgãos públicos;
- b) Controle do intangível: estabelecido pelo direito legal de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura do poder concedente, o que lhe permite obter benefícios econômicos;
- c) Benefício econômico futuro do intangível: evidenciado pela prestação de serviços à população durante todo o prazo contratual;
- d) Mensuração do custo do ativo intangível: confiabilidade da mensuração advinda das informações asseguradas no contrato de concessão (objeto, prazos, valores);
- e) Registro contábil do ativo intangível: em contrapartida ao registro do ativo, o concessionário registra um passivo relativo às obrigações assumidas contratualmente;
- f) Amortização do ativo intangível: inicia-se com a disponibilização do bem para uso e em condições necessárias para operar; a amortização reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do intangível sejam consumidos pela empresa, podendo ser o prazo final da concessão ou a vida útil do ativo.
- g) Reconhecimento da receita: a receita sobre a prestação de serviços é contabilizada pelo concessionário no momento do recebimento do serviço prestado.

Com relação a empresa CPFL Energia, as notas explicativas evidenciam apenas o prazo do direito de exploração do serviço público. Neste caso, devido a ausência de exposição dos valores contratados, não é possível o cálculo do valor que poderia ser reconhecido como ativo intangível.

Comparando-se as situações em que houve a valoração e reconhecimento do contrato de concessão como intangível conforme os parâmetros legais com os procedimentos adotados pela CESP – Companhia Energética de São Paulo e pela CPFL Energia, duas constatações em especial podem ser citadas.

Primeiramente, no caso da CESP, a conformidade com os padrões contábeis exigidos para a contabilização dessa categoria de ativo poderia estar prejudicada. Um dos fatores que poderia estar relacionado a esta situação é a forma como se deu a institucionalização da regra contábil que parametriza este procedimento nesta empresa.

Contudo, estando as demonstrações contábeis validadas e referendadas pela auditoria, não há como julgar o processo adotado pela empresa. Os procedimentos podem estar revestidos de questões mais subjetivas que não são evidenciadas nas notas explicativas, como por exemplo, as interpretações da regra, os costumes e cultura da empresa na área contábil.

A segunda constatação relaciona-se ao caso da CPFL Energia que não valorou seus contratos de concessões. Sugere-se que em havendo o reconhecimento do bem intangível estar-se-ia contribuindo para um incremento na situação econômico-financeira da entidade.

Como exemplificação dessa possibilidade, citam-se situações em que o contrato de concessão foi reconhecido como ativo intangível durante o período que compreende a análise deste estudo: Eletropaulo e Energias do Brasil. Baseando-se nos dados apresentados na Tabela 10, se observa uma pequena elevação dos indicadores de lucratividade das referidas empresas após o reconhecimento.

Tabela 10 – Índice de lucratividade após o reconhecimento do contrato de concessão

Empresa	Lucratividade	
	Ano 2009*	Ano 2010
Eletropaulo	0,3240	0,3606
Energias do Brasil	Ano 2008* 0,1097	Ano 2009 0,1463

Fonte: Dados da pesquisa.

Legenda:

* – Exercício inicial de reconhecimento do contrato de concessão como ativo intangível

O incremento neste índice pode ser resultado da elevação da receita auferida sobre os serviços de concessões nos anos subsequentes ao reconhecimento deste direito, o que refletiu

no aumento do lucro das empresas durante os anos analisados. Embora os índices de lucratividade identificados, observa-se que esta análise não envolveu demais variáveis que poderiam influenciar em indicadores da situação econômico-financeira, o que pode ser desenvolvido em estudo futuro por meio de testes econométricos.

Salienta-se, porém, que a empresa CPFL Energia pode ter motivações para este não reconhecimento, os quais não estão explícitos em notas explicativas. Mesmo assim, revela-se uma congruência às normas contábeis, referendada pelo parecer da auditoria às demonstrações contábeis desta empresa.

A valoração de outras classes de ativos intangíveis pela amostra também merece destaque. No setor financeiro, observou-se a mensuração da “exclusividade de clientes” como um bem intangível. Esta classe é considerada diferenciada daquela denominada fidelização de clientes reconhecida pelas demais empresas da amostra, pois se refere aos contratos firmados entre as financeiras e entidades que resultam em direitos por aquisição ou gestão de folhas de pagamento.

O valor reconhecido nesta categoria é calculado conforme os clientes vinculados a cada contrato. Em média, para aquelas empresas que reconhecem distintamente a exclusividade de clientes, os valores atribuídos à esta conta representam 40% do total do ativo intangível.

No setor de consumo não cíclico, a ocorrência do reconhecimento de “créditos de carbono” como um ativo intangível destaca uma empresa das demais da amostra. A referida categoria é valorada a partir da política que a empresa desenvolve de buscar a neutralização das suas emissões de gases do efeito estufa desde a extração das matérias-primas até o pós-consumo.

Embora o valor reconhecido como créditos de carbono possa ser considerado baixo (5% do ativo total da empresa), há de se salientar a identificação de uma política subjetiva utilizada para este procedimento. O valor atribuído a esta categoria é oriundo de inventários próprios que indicam a emissão de carbono e de contratos de aquisição de matérias-primas, para os quais não há discriminação (valores, período) nas notas explicativas.

Observa-se que as categorias citadas nesta análise (contrato de concessão, exclusividade de clientes, créditos de carbono) somente ganham maior relevância nas empresas após a institucionalização das alterações nas normas contábeis relativas à intangíveis (após 2010). Até o ano de 2009 não havia o reconhecimento dessas categorias ou eram reconhecidas com menor incidência, no caso dos contratos de concessões.

É possível afirmar que a adoção da nova matriz institucional que parametriza as práticas contábeis relacionadas aos intangíveis (IAS 38 e CPC 04) proporcionou a maior distinção desses ativos, assim como a possibilidade de valorá-los. Porém, considerando as delimitações e a metodologia adotadas para este estudo, a identificação dos reflexos econômico-financeiros naquelas empresas que não reconheceram determinado intangível em comparação àquelas que o fizeram ficaria fragilizada. Tal análise poderia ser implementada futuramente por meio de estudo: a) em um maior espaço de tempo; b) com análise econométrica de variáveis econômico-financeiras; e c) considerando uma ampliação do número de empresas de um mesmo setor de atuação.

De maneira geral, as evidências deste estudo demonstram que paralelamente ao aumento na conformidade das empresas da amostra aos parâmetros obrigatórios para o reconhecimento dos ativos intangíveis, houve um aumento da representatividade dos valores atribuídos à esses elementos. Em uma perspectiva institucional, a instituição do CPC 04 foi reconhecida de forma coletiva nesta amostra, repercutindo em importantes mudanças na situação patrimonial das empresas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo analisar as implicações provocadas pela convergência às normas internacionais de contabilidade no reconhecimento de ativos intangíveis em uma amostra constituída por empresas brasileiras de capital aberto pertencentes ao IBOVESPA. O período examinado compreende os anos de 2006 a 2012, o qual se caracteriza por envolver as principais alterações nas normas contábeis relativas à intangíveis.

Buscando trazer maior solidez ao trabalho, analisou-se o reconhecimento dos ativos intangíveis a partir dos pressupostos da teoria institucional, condicionantes do contexto organizacional (MACAGNAN, 2013), especialmente pela utilização de regras. A perspectiva institucional pode ser empregada como base de estudos empíricos em diferentes contextos, como aqueles que envolvem as estratégias de legitimação empregadas pelas organizações e os processos de institucionalização (CARVALHO; VIEIRA; SILVA; 2012). Sendo assim, este estudo buscou relacionar as regras adotadas pelas empresas, neste caso as normativas sobre intangíveis, e a repercussão dessa utilização para o reconhecimento dos referidos ativos.

Considerando as evidências analisadas, se comprova que a implementação da nova matriz institucional sobre os intangíveis repercutiu nas práticas adotadas pelas empresas. Para o período analisado, observa-se que as maiores diferenças nas práticas adotadas ocorreram após o ano de 2010, pela vigência do CPC 04.

Embora a amostra seja composta por empresas de capital aberto que estariam orientadas a adotar as normas internacionais de contabilidade (IAS 38 para os intangíveis) conforme deliberação CVM nº 488/2005, entre os anos 2006 e 2009 utilizavam-se diferenciados procedimentos contábeis: aqueles que se reportavam exclusivamente à legislação brasileira e aqueles que se aproximavam das normas internacionais. A partir de 2010, se constata uma maior unicidade dos procedimentos adotados pelas empresas, possibilitando inferir que se buscou, na maioria dos casos, a adequação aos requisitos do CPC 04 (2010).

Conforme itens evidenciados nas notas explicativas e nos balanços patrimoniais das empresas, identifica-se um aumento no nível de conformidade aos padrões estabelecidos pelo CPC 04 para o reconhecimento dos bens intangíveis. Isso se comprova pela análise dos padrões observados pela amostra, que em média tiveram um atendimento de 64% no período 2006 a 2012. Embora esse índice de conformidade seja considerado baixo, se observa uma tendência de elevação no atendimento aos padrões normativos, passando de 32% no ano de 2006 para 84% em 2012.

Em referência aos resultados da conformidade aos padrões exigidos para o reconhecimento dos ativos intangíveis, ressalta-se que dentro da amostra analisada já se adotavam padrões internacionais para este procedimento nos anos iniciais estudados. Entre 2006 e 2007 os níveis de conformidade estavam próximos a 30%, sendo que em 2008 e 2009 apresentaram-se entre 60% e 69%.

Outra consequência das alterações nas normativas dos intangíveis foi nos tipos reconhecidos. Entre 2008 e 2012 observou-se um pequeno incremento no número de categorias reconhecidas. Neste caso, a diferenciação pode ser percebida com a vigência da Lei nº 11.638/2007 que marcou a convergência brasileira aos padrões internacionais de contabilidade.

Em referência as categorias reconhecidas como intangíveis, pode-se destacar a forma de sua classificação. Entre 2006 e 2008 não haviam práticas uniformes para a classificação, sendo que esses ativos estavam distribuídos concomitantemente entre os grupos diferido, investimentos, imobilizado e intangível. Após 2010, todas as contas foram reclassificadas para o intangível, conforme previa o CPC 04.

Outra importante constatação foi o aumento de 82% dos valores contabilizados como ativos intangíveis, comparando-se o período anterior à vigência do CPC 04 (2006 a 2009) e o período posterior (2010 a 2012). Entre 2006 a 2009 os intangíveis representavam em média 5,69% do ativo total da amostra, passando para 10,38% entre 2010 e 2012.

A diferença apresentada entre os dois períodos reforça a importância que estes elementos apresentam na constituição patrimonial das empresas. Para além, infere-se que os requisitos advindos do CPC 04 permitiram a valoração de determinados bens que até então não eram contabilizados, como por exemplo, os créditos de carbono, a exclusividade de clientes e os acordos de não competição.

Observa-se, com relação a valoração dos ativos intangíveis, que embora o CPC 04 tenha instrumentalizado metodologicamente as formas para o reconhecimento desses elementos, ainda há empresas que não seguem esses padrões. A não integralização das práticas estabelecidas nas normativas levam as entidades a utilizarem-se de práticas diversas, fruto da resistência em utilizar os novos parâmetros.

Os reflexos identificados com a mudança nas normativas que tratam dos intangíveis, especialmente em relação ao nível de conformidade aos padrões, às categorias reconhecidas e os valores atribuídos aos ativos intangíveis, remetem à uma análise institucional, sob a perspectiva da regra.

A normativa dada como regra, neste caso formal, foi absorvida pela predominância da amostra. Observa-se, porém, dentro do espaço longitudinal estudado, fases com menor e maior adesão à este regramento. Fatores informais poderiam estar relacionados aos casos de não utilização da nova normativa, consequência da ação individual e da própria cultura e costumes organizacionais.

Nos casos em que não há o enquadramento aos padrões formais, entende-se que as entidades estariam prejudicadas por tal opção, tanto em questões econômicas como em questões sociais. Na perspectiva econômica, os procedimentos adotados poderiam não contribuir positivamente na situação financeira e patrimonial da entidade. Quanto a perspectiva social, a entidade não estaria cumprindo com padrões de legitimidade perante o ambiente institucional no qual está inserida.

Concluindo, se ressaltam as implicações observadas no reconhecimento dos ativos intangíveis na amostra analisada, considerando-se a institucionalização das alterações das normas contábeis inerentes a estes ativos. Destaca-se, especialmente, os padrões utilizados neste procedimento, categorias reconhecidas e valores atribuídos aos elementos.

Como proposta de estudos futuros envolvendo esta temática, sugere-se análises com a expansão da amostra e a estruturação de método que possibilite inferir sobre o impacto econômico-financeiro pelo não reconhecimento de determinado ativo intangível, fruto da não utilização de padrões contábeis obrigatórios.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Maria Thereza Poma; LEITE, Rafael Soares; GUERRA, Luiz Francisco. Divulgação das informações sobre ativos intangíveis e a sua utilidade para avaliação de investimentos: um estudo exploratório baseado na percepção de analistas de investimento. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2007.
- AUGIER, Mie; TEECE, David J. *An economics perspective on intellectual capital*. In: MARR, Bernard (Org.). *Perspectives on intellectual capital*. Burlington: Elsevier, 2005. cap. 1, p. 3-27.
- BELL, Stephen. *Do we really need a new 'constructivist institutionalism' to explain institutional change?* *British Journal of Political Science*. v. 41, n. 4, p. 883-906, 2011.
- BLOOM, Martin. *Accounting for goodwill*. *ABACUS—A Journal of Accounting, Finance and Business Studies*, v. 45, n. 3, p. 379-389, 2009.
- BOLSA DE VALORES MERCADORIAS E FUTUROS. **Ibovespa**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/Indices/download/IBovespa.pdf>>. Acesso em: 13 de jun. 2012.
- BOUDEN, Inés. *L'identification des incorporels acquis lors de regroupements d'entreprises*. *Revue Française de Gestion*, n. 207, p. 111-123, 2010.
- BOULERNE, Sandrine; SAHUT, Jean Michel. *Les normes IFRS ont-elles amélioré le contenu informationnel des immatériels? Le cas des entreprises françaises cotées*. *Comptabilité Contrôle Audit*, v. 1, n. 16, p. 7-32, 2010.
- BRAHIM, Houneida B.; ARAB, Mounira B. *The efficiency of accounting normalization in the matter of intangibles: asset versus expense*. *International Journal of Accounting and Financial Reporting*, v. 1, n. 1, p. 72-98, 2011.
- BRANCO, Manuel Castelo. A definição de activos nas estruturas conceptuais da informação financeira. *Revista Contabilidade e Finanças*, n. 39, p. 93-102, 2005.
- BRÄNNSTRÖM, Daniel. *Communicating intangibles prior to assets: the traces of knowledge*. *Knowledge Management & Organizational Learning*, p. 61-67, 2010.
- BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF, 15 de dezembro de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16404consol.htm>. Acesso em: 22 ago. 2011.
- _____. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Brasília, DF, 28 de dezembro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 22 ago. 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009.** Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Brasília, DF, 27 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm>. Acesso em: 22 ago. 2011.

_____. **Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008.** Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. Brasília, DF, 03 de dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Mpv/449.htm>. Acesso em: 22 ago. 2011.

CARVALHO, Cristina Amélia; VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; SILVA, Sueli Maria Goulart. A trajetória conservadora da teoria institucional. *Revista Eletrônica de Gestão Organizacional*. v. 10, n. especial, p. 469-496, 2012.

COLAUTO, Romualdo Douglas et al. Evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos nos relatórios de administração das companhias listadas nos níveis de governança corporativa da Bovespa. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 142-169, 2009.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração:** um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Atos emitidos pela CVM.** Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

_____. **Deliberação nº 488 de 03 de outubro de 2005.** Aprova o pronunciamento do IBRACON NPC nº 27 sobre demonstrações contábeis: apresentação e divulgações. Rio de Janeiro, RJ, 03 de outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/port/snc/deli488.pdf>>. Acesso em: 02 out. 2011.

_____. **Deliberação nº 644 de 02 de dezembro de 2010.** Aprova o pronunciamento técnico CPC 04(R1) sobre ativo intangível. Rio de Janeiro, RJ, 02 de dezembro de 2010. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 27 jun. 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Interpretação Técnica ICPC 01 (R1):** contratos de concessão. Brasília, DF, 02 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/ICPC01_R1.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2013.

_____. **Origem, características e estrutura do CPC.** Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/oque.htm>>. Acesso em: 18 set. 2012.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1):** redução ao valor recuperável de ativos. Brasília, DF, 06 de agosto de 2010. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC01R1.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2011.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 04 (R1):** ativo intangível. Brasília, DF, 05 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC04_R1.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1):** subvenção e assistência governamentais. Brasília, DF, 05 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC07_R1.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2011.

_____. **Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1):** combinação de negócios. Brasília, DF, 03 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC15_R1.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2011.

COMMONS, John R. *Institutional economics*. Madison: University of Wisconsin Press, 1934.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 04:** ativo intangível. Brasília, DF, 25 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2010/001303>. Acesso em: 16 nov. 2011.

CORONA, Carlos. *Dynamic performance measurement with intangible assets*. *Review of Accounting Studies*, v. 14, p. 314-348, 2009.

COSTA, Patrícia de Souza et. al. *Goodwill: uma análise dos conceitos utilizados em trabalhos científicos*. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009.

COTRIM, Celso Lucas. **Contribuição ao estudo da avaliação e contabilização do goodwill**. 2002. 148f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) -- Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade Estratégica, Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo, SP, 2002.

CRISÓSTOMO, Vicente Lima. Ativos intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países. *Contabilidade, Gestão e Governança*. Brasília, n. 1, v.12, p. 50-68, 2009.

CRUBELLATTE, João Marcelo. Três contribuições conceituais neofuncionalistas à teoria institucional em organizações. *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, ed. especial, p. 197-220, 2007.

FIETZ, Édina Elisangela Zellmer; SCARPIN, Jorge Eduardo. Estudo do grau de intangibilidade por meio das demonstrações contábeis: uma análise das empresas S/A de capital aberto constantes do índice IBRX - Índice Brasil. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 8, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD. *Standards*. Disponível em: <<http://www.fasb.org/jsp/FASB/Page/PreCodSectionPage&cid=1218220137031>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

FONTANA, Fernando Batista; MACAGNAN, Clea Beatriz. Fatores explicativos do nível de evidenciação voluntária de informações sobre capital humano. In: CONGRESSO ANPCONT, 5, 2011, Vitória. **Anais...** Vitória, 2011.

GERON, Cecília Moraes Santostaso. **Evolução das práticas contábeis no Brasil nos últimos trinta anos: da Lei nº 6.404/76 à Lei nº 11.638/07**. 2008. 300f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -- Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOI, Christiane Kleinübing; BALSINI, Cristina Pereira V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, Christiane Kleinübing; MELLO, Rodrigo B.; SILVA, Anielson Barbosa (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010. cap. 3, p. 89-112.

HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary C. As três versões do neo-institucionalismo. ***Lua Nova: Revista de Cultura e Política***. n. 58, p. 193-223, 2003.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. **Teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.

HODGSON, Geoffrey M. *The approach of institutional economics*. ***Journal of Economic Literature***. v. 36, p. 166-192, 1998.

GUERREIRO, Reinaldo. A abordagem institucional na contabilidade gerencial. ***Revista Contabilidade & Finanças – USP***. n. 40, p. 3-6, 2006.

INTERNATIONAL ACCOUNTING STANDARDS. **IAS 38: intangible assets**. Disponível em: <<http://eifrs.iasb.org/eifrs/bnstandards/es/2011/ias38.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

_____. **Standards IFRS**. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/IFRSs/IFRS.htm>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

IUDÍCIBUS, Sérgio de et al. **Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades**. São Paulo: Atlas, 2010.

JORDÃO, Ricardo Vinícius Dias. COLAUTO, Romualdo Douglas. Governança corporativa e evidenciação voluntária de ativos intangíveis: um estudo nos setores de telecomunicações e de utilidade pública. In: SEMEAD, 12, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009.

KAYO, Eduardo Kazuo et al. Ativos intangíveis, ciclo de vida e criação de valor. ***Revista de Administração Contemporânea***. Curitiba, v.10, n. 3, p. 73-90, 2006.

KAYO, Eduardo Kazuo; PATROCÍNIO, Mauricio Réa; MARTIN, Diogenes Manoel Leiva. Intangibilidade e criação de valor em aquisições: o papel moderador do endividamento. In: ENANPAD, 22, 2008, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2008.

KAYO, Eduardo Kazuo; SETH, Anju; KIMURA, Herbert. *Toward an Integrative Approach to the Analysis of Value Creation in Mergers & Acquisitions: a Conversation Between Strategy and Finance*. In: ENANPAD, 21, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2007.

KMETEUK FILHO, Osmir. **Pesquisa e análise estatística**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 2005.

LAURETTI, Carlos Marcelo; MATIAS FILHO, José. Processos de valoração de ativos intangíveis como *proxy* para os recursos estratégicos das empresas. In: ENANPAD, 23, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009.

LEÃO, Luciano Castro G. **Contabilidade de marcas**: contribuição ao reconhecimento e evidencição de informações sobre marcas. 2005. 189f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) -- Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, SP, 2005.

LENORMAND, Gaëlle; TOUCHAIS, Lionel. *La pertinence des actifs incorporels avec les IFRS*. **Finance Contrôle Stratégie**, v. 11, n. 2, p. 173-201, 2008.

LEV, Baruch; CAÑIBANO, Leandro; MARR, Bernard. *An accounting perspective on intellectual capital*. In: MARR, Bernard (Org.). **Perspectives on intellectual capital**. Burlington: Elsevier, 2005. cap. 3, p. 42-55.

LIMA, Adilson Celestino; CARMONA, Charles Ulises. Determinantes da formação do capital intangível nas empresas produtoras de tecnologia da informação e comunicação do porto digital. In: ENANPAD, 23, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2009.

_____. Vetores de criação de valor de ativos intangíveis em empresas de tecnologia da informação e comunicação. In: ENANPAD, 24, 2010, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2010.

MACAGNAN, Clea Beatriz. **Condicionantes e implicación de revelar activos intangibles**. 2007. 248f. Tese (Doutorado em Creación, Estrategía y Gestión de Empresas) -- Programa de Doutorado em Creación, Estrategía y Gestión de Empresas, Universitat Autònoma de Barcelona, Bellaterra, 2007.

_____. *Teoría institucional: escrito teórico. Working paper*. 2004. Artigo aceito pela revista **Base – Revista de Administração e Contabilidade** para publicação na 2ª edição de 2013. v. 10, n. 2, 2013.

MAHONEY, James; THELEN, Kathlenn. *A theory of gradual institutional change*. In: **Explaining institutional change: ambiguity, agency and power**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

MARTINS, Vinícius Aversari. **Contribuição à avaliação do goodwill: depósitos estáveis, um ativo intangível**. 2002. 289f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) -- Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2002.

MENESES, Anelise Florêncio; PONTE, Vera Maria; MUPURUNGA, Patrícia Rocha. *Disclosure de ativos intangíveis em empresas brasileiras*. In: CONGRESSO ANPCONT, 5, 2011, Vitória. **Anais...** Vitória, 2011.

MEYER, John W.; ROWAN, Brian. *Institutionalized organizations: formal structure as myths and ceremony*. *American Journal of Sociology*. v. 83, n. 2, p. 340-363, 1977.

MOURA, Silvio José; ROBLES JUNIOR, Antonio. Os ativos intangíveis e sua influência no valor econômico e de mercado da empresa. In: ENANPAD, 21, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2007.

MOURA, Geovane et. al. Boas práticas de governança corporativa e evidenciação obrigatória dos ativos intangíveis. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 11, 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2011.

MOURTISEN, Jan; BUKH, Per Nikolaj; MARR, Bernard. *A reporting perspective on intellectual capital*. In: MARR, Bernard (Org.). *Perspectives on intellectual capital*. Burlington: Elsevier, 2005. cap. 5, p. 69-81.

NAKAMURA, Leonard. *Intangibles: what put the new in the new economy?* *Federal Reserve Bank of Philadelphia Business Review*, p. 3-16, 1999.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade internacional**. São Paulo: Atlas, 2010.

NORTH, Douglass. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994.

_____. *Instituciones, cambio institucional y desempeño edonómico*. México: Foundo de Cultura Económica, 1995.

OLIVEIRA, Valdiney Alves; LEMES, Sirlei. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. *Revista Contabilidade & Finanças – USP*, v. 22, n. 56. p. 155-173, 2011.

OLLIER, Corinne Bessieux; WALLISER, Élisabeth. *La transition et le bilan de la première application de France de normes IFRS: le cas des incorporales*. *Comptabilité, Contrôle, Audit*, p. 219-246, 2007.

OLLIER, Corinne Bessieux et al. *L'adoption em France dès normes IRFS relatives aux incorporales*. *Revue Française de Gestion*, n. 207, p. 93-110, 2010.

PACHARN, Parunchana. *Accounting for goodwill and incentive to invest in intangible assets*. *Journal Theoretical Accounting Research*, p. 134-145, 2011.

PENG, Mike W. *Institutional transitions and strategic choices*. *Academic of Management Review*, v. 28, n. 2, p. 275-296, 2003.

PENMAN, Stephen. *Accounting for intangible assets: there is also an income statement*. *Abacus*, v. 45, n. 3, p. 358-371, 2009.

PEREZ, Marcelo Monteiro; FAMÁ, Rubens. Ativos intangíveis e o desempenho empresarial. *Revista Contabilidade e Finanças*. São Paulo, n. 40, p. 7-24, 2006.

PETKOV, Rossen R. *Perspectives on disclosing human capital into the notes of the financial statements. Scientific Annals*, p. 29-40, 2010.

_____. *The current financial crisis and its potential impact on internally generated intangible assets. International Journal of Business Management*, vol.6, n. 3, p. 37-43, 2011a.

_____. *Initial identification of internally generated intangible assets in the context of the definitions of an asset and an intangible asset. Journal Theoretical Accounting Research*, p. 1-10, 2011b.

PETKOV, Rossen R. *Conceptual fair value accounting for internally generated intangible assets for Bulgarian companies. International Business Research*, v. 4, n. 2, p. 51-57, 2011c.

_____. *Competitive advantage from internally generated intangible assets measured at fair value Bulgarian small and médium size enterprises. Journal of Theoretical Accounting Research*, v. 7, n. 2, p. 55-67, 2012.

POLO, Francisca Castilla; VÁZQUEZ, Dolores Gallardo. *La decisión de divulgar intangibles a través de una estrategia de triangulación teórica. Estudios de Economía Aplicada*, v. 26, n. 2, p. 79-104, 2008.

QUEIROZ, Odeon Rodrigues. O impacto do crescimento dos gastos em P&D na taxa de crescimento dos lucros das empresas de acordo com modelo OJ: um estudo no mercado de capitais brasileiro. In: CONGRESSO ANPCONT, 4, 2010, Natal. *Anais...* Natal, 2010.

RECH, Jéssica de Oliveria; SCHORRENBERGER, Darci; LUNKES, Rogério João. A análise comportamental dos ativos intangíveis: um estudo nas companhias da BM&FBOVESPA. *Revista Contabilidade e Controladoria*, v. 4, n. 2, p. 52-68, 2012.

RADNEANTU, Nicoleta. *Making the invisible visible: the intangible assets recognition, the valuation and reporting in Romania. Annals of the University of Petroşani, Economics*. Petrosani, v. 9, p.221-226, 2009.

RITTA, Cleyton de Oliveira; ENSSLIN, Sandra Rolim. Investigação sobre a relação entre ativos intangíveis e variáveis financeiras: um estudo nas empresas brasileiras pertencentes ao Índice Ibovespa nos anos de 2007 e 2008. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10, 2010, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2010.

RUTHERFORD, Malcolm. *Veblen's evolutionary programme: a promise unfulfilled. Cambridge Journal of Economics*. v. 22, n. 4, p. 463-477, 1998.

SANTOS, José Luiz. **Goodwill adquirido**: estudo comparativo do tratamento contábil entre as normas brasileiras, norte-americanas e internacionais. 2002. 313f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) -- Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2002.

SANTOS, Josenildo; MELO, Silvio de Barros; IUDÍCIBUS, Sérgio de. A construção de um modelo contabilométrico aplicado à gestão empresarial através da mensuração do capital

- intangível. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 7, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2007.
- SCHMIDT, Vivien A. *Discursive institutionalism: the explanatory power of ideas and discourse*. **Annual Review of Political Science**, v. 11, p. 303-326, 2008.
- SILVA, Lília Sampaio et. al. Intangibilidade e Inovação em Empresas no Brasil. In: ENANPAD, 25, 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2011.
- SOTO, Eutimio Mejía; SALAZAR, Carlos Alberto; GALVIS, Omar de Jesús. *Comparación del tratamiento contable de activos intangibles según diferentes organismos reguladores*. **Estudios Gerenciales**, n. 99, p. 89-104, 2006.
- THELEN, Kathlenn. *Institutional change in advanced political economies*. **British Journal of Industrial Relations**, v. 47, n. 3, p. 471-498, 2009.
- VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Pioneira Editora, 1965.
- VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2007.
- VIEIRA, Diego Mota. Mudança institucional gradual e transformativa: a influência de coalizões de advocacia e grupos de interesses em políticas públicas. In: ENANPAD, 36, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012.
- VON COLBE, Walther; et al. Corporate reporting on intangibles – A proposal from a German background. **Schmalenbach Business Review**, v. 57, n. 5, p. 65-100, 2005.
- WILLIAMSON, Oliver E. *The new institutional economics: taking stock, looking ahead*. **Journal of Economic Literature**, v. 38, n. 3, p. 595-613, 2000.
- WYATT, Anne. *Accounting for intangibles: the great divide between obscurity in innovation activities and the balance sheet*. **The Singapore Economics Review**, v. 46, n. 1, p. 83-117, 2001.
- XAVIER, Wlamir Gonçalves. O ambiente institucional e os *Business Group* no Brasil. In: ENANPAD, 36, 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2012.
- YUN-HONG, Cao. *The research on the recognition and measurement of intangible assets for high-tech enterprise*. **Management Science & Engineering**, vol. 3, n. 2, p. 55-60, 2009.
- ZUCCOLOTTO, Robson; SILVA, Gustavo Melo; EMMERENDOERFER, Magnus Luiz. Limitações e possibilidades de compreensão da utilização das práticas de contabilidade gerencial por perspectivas da teoria institucional. **Base-Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 7, n. 3, p. 233-246, 2010.

APÊNDICE A – COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA DA PESQUISA

(continua)

Empresa	Classificação Setorial
1 Ambev - Cia de Bebidas das Américas	Consumo não Cíclico
2 B2W - Companhia Global do Varejo	Consumo Cíclico
3 Banco Bradesco S.A.	Financeiro
4 Banco do Brasil S.A.	Financeiro
5 Banco Santander (Brasil) S.A.	Financeiro
6 BR Malls Participações S.A.	Financeiro
7 Brasil Foods S.A.	Consumo não Cíclico
8 Braskem S.A.	Materiais Básicos
9 Brookfield Incorporações S.A.	Construção e Transporte
10 CCR S.A - Companhia de Concessões Rodoviárias	Construção e Transporte
11 CESP - Companhia Energética de São Paulo	Utilidade Pública
12 Cia Brasileira de Distribuição - CDB	Consumo não Cíclico
13 Cielo S.A.	Financeiro
14 Companhia de Saneamento Básico de São Paulo	Utilidade Pública
15 Companhia de Transmissão Energia Elétrica Paulista	Utilidade Pública
16 Companhia Hering	Consumo Cíclico
17 Companhia Siderúrgica Nacional	Materiais Básicos
18 COPEL - Companhia Paranaense de Energia	Utilidade Pública
19 Cosan S.A. - Indústria e Comércio	Consumo não Cíclico
20 CPFL Energia S.A.	Utilidade Pública
21 Cyrela Brazil Realty S.A. - Empreend. e Partic.	Construção e Transporte
22 Diagnósticos da América Latina S.A.	Consumo não Cíclico
23 Duratex S.A.	Materiais Básicos
24 Eletropaulo Metropolitana Elet. São Paulo S.A	Utilidade Pública
25 Embarer S.A.	Bens Industriais
26 Energias do Brasil S.A.	Utilidade Pública
27 Fibria Celulose S.A.	Materiais Básicos
28 Gafisa S.A.	Construção e Transporte
29 Gerdau S.A.	Materiais Básicos
30 Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A.	Construção e Transporte
31 Hypermarcas S.A.	Consumo não Cíclico
32 Investimentos Itaú S.A.	Financeiro
33 JBS S.A.	Consumo não Cíclico
34 Klabin S.A.	Materiais Básicos
35 Localiza Rent. a Car. S.A.	Diversos
36 Lojas Americanas S.A.	Consumo Cíclico
37 Lojas Renner S.A.	Consumo Cíclico
38 Marfrig Alimentos S.A.	Consumo não Cíclico
39 MMX Mineração e Metálicos S.A.	Materiais Básicos
40 MRV Engenharia e participações S.A.	Construção e Transporte
41 Natura Cosméticos S.A.	Consumo não Cíclico
42 OI S.A.	Telecomunicações

(conclusão)

Empresa	Classificação Setorial
43 Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	Petróleo, Gás e Biocombustíveis
44 Rossi Residencial S.A.	Construção e Transporte
45 Souza Cruz S.A	Consumo não Cíclico
46 Suzano Papel e Celulose S.A.	Materiais Básicos
47 Telefônica Brasil S.A.	Telecomunicações
48 Usinas Sid. de Minas Gerais - Usiminas	Materiais Básicos
49 Vale S.A.	Materiais Básicos
50 Vanguarda Agro S.A.	Consumo não Cíclico